

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

O ADVENTO DO SUJEITO NA PALAVRA ENDEREÇADA AO ANALISTA.

KELI VALENTE SANTOS

Rio de Janeiro

2014

O ADVENTO DO SUJEITO NA PALAVRA ENDEREÇADA AO ANALISTA.

KELI VALENTE SANTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda T. Costa-Moura

Rio de Janeiro

2014

O ADVENTO DO SUJEITO NA PALAVRA ENDEREÇADA AO ANALISTA.

KELI VALENTE SANTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Fernanda T. Costa-Moura (Orientadora)

Profa. Dra. Anna Carolina Lo Bianco

Prof. Dr. Fernando Ribeiro Tenório

Rio de Janeiro

2014

SANTOS, Keli Valente.

O advento do sujeito na palavra endereçada ao analista. / Keli Valente Santos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia / Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, 2014.

Orientadora: Fernanda T. Costa-Moura

1. Psicanálise. 2. Função da fala. 3. Determinação significativa. 4. Sujeito; 5. Ética da psicanálise. I. Costa-Moura, Fernanda T. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

Aos meus pais por ensinarem
a amar e ter coragem.

AGRADECIMENTOS

À Fernanda Costa-Moura pelo que suscitou ao meu trabalho como um todo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica.

Às equipes dos CAPSis por onde passei e com quem aprendi a delicadeza que é acolher.

Aos amigos mui queridos, de perto e de longe, que se fazem fundamentais.

Ao Eduardo Gomes por sua presença tão viva.

Ao meu irmão pela generosidade com que se doa nas palavras.

Ao Daniel por fazer o mundo sempre maior.

Ao CNPQ pelo suporte financeiro que permitiu realizar esta dissertação.

RESUMO

Este trabalho propõe uma investigação acerca do advento do sujeito a partir da palavra endereçada a um analista. Para isso, buscamos situar a função que a palavra toma em psicanálise e sua relação com a noção de inconsciente em Freud e Lacan. A função da palavra remete à noção de sujeito como efeito da determinação que a dimensão significante impõe. O acontecimento de o sujeito advir como decorrência desta articulação é contingente e está condicionado ao ato ético de tomar lugar nisto que a fala produz. Esta operação requer a presença de um outro, o analista, que ao ofertar um lugar de escuta promove o fazer falar. É nesta condição de endereçamento que esta operação poderá ter como consequência o advento do sujeito do desejo.

Palavras-chave: psicanálise; função da fala, determinação significante; sujeito; ética da psicanálise.

RÉSUMÉ

Ce travail propose une investigation sur l'avènement du sujet à partir de la parole adressée à l'analyste. En ce sens, nous essayons de situer la fonction exercée par la parole en psychanalyse et son rapport avec la notion d'inconscient chez Freud et chez Lacan. La fonction de la parole renvoie à la notion de sujet, qui ne peut surgir que comme effet de la détermination imposée par la dimension du signifiant. L'avènement du sujet en tant que conséquence de cette articulation est contingent et a comme condition, paradoxalement, le pas éthique qui advient du choix inconscient d'être impliqué en ce qui est produit par la parole. Cette opération demande la présence d'un autre, l'analyste, qui, en offrant un lieu d'écoute, se met en position de faire parler le sujet et de l'accueillir. C'est uniquement dans cette condition d'adressement que l'opération pourra donner lieu à l'avènement du sujet du désir.

Mots clés : psychanalyse ; fonction de la parole; détermination signifiante ; sujet ; éthique de la psychanalyse.

INTRODUÇÃO.....	1
1 CAPÍTULO – Tomar o sintoma pela palavra: a introdução da noção de inconsciente.	14
1.1 O sintoma em sua relação com o âmbito da palavra.....	15
1.2 Palavra e força na constituição de um funcionamento.....	20
1.3 Os mecanismos que regem o inconsciente a partir da análise dos sonhos.....	29
2 CAPÍTULO – A dimensão significativa e a questão do sujeito.....	39
2.1 A pulsão ordena um funcionamento.....	40
2.2 A função da representação na ordem inconsciente.....	49
2.3 A articulação significativa e a ordem do desejo.....	57
3 CAPÍTULO – A palavra endereçada ao analista.....	67
3.1 O endereçamento na análise: a transferência como resistência.....	69
3.2 Inaugurar uma história frente a um analista.....	79
3.3 A função do analista e o advento do sujeito do desejo em análise.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	96

INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca encaminhar um tema que tem se colocado há algum tempo como parte de nossa pesquisa e é consequência do encontro com a clínica, tanto no trabalho exercido em CAPSis¹ (Centros de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência) da rede pública de Saúde Mental, quanto na experiência como acompanhante terapêutico. Desde os primeiros contatos com a psicanálise foi importante levar em consideração o problema que se colocava e que aqui poderá ser elaborado do seguinte modo: O que implica falar a um analista? Em nossa proposta, essa questão será abordada pelo viés da psicanálise, que orienta tanto esta dissertação quanto o nosso trabalho diário nestes espaços. Em nosso percurso recorreremos a um estudo de extratos da obra de Sigmund Freud e Jacques Lacan.

Os pacientes recebidos na rede pública de saúde buscam auxílio ou são levados para o CAPSi apresentando dificuldades distintas. O ato de acolher estas crianças e jovens (assim como seus familiares) em situação de gravidade extrema nos colocaram diante da questão que nos guia. Nestes locais de atendimento muitos conseguem engajar-se em algum trabalho fazendo uso dos recursos disponíveis, sendo acompanhados por alguém que possa oferecer-lhes uma escuta. É nítido que o ato de falar dirigido a um outro que possa acolher o que aí se endereça tem efeito de apaziguamento e organização para os pacientes que chegam em condições tão extremas.

Por ter exercido também a função de acompanhamento terapêutico (AT)² durante alguns anos, me foi possível estar com jovens e adultos em outros espaços da cidade, na escola, na residência, em parques, shoppings, teatro, cinema e em pontos diversos que eles apontavam como importante, circuitos que eles elegiam como privilegiados para circular pela

¹ No CAPSi CARIM – IPUB/UFRJ e no CAPSi Monteiro Lobato, em Niterói, como psicóloga.

² No Projeto “Dispositivo clínico ampliado: criança e adolescente psicóticos em direção ao laço social e à inclusão escolar.”, da Profa. Ana Beatriz Freire (IP/UFRJ), que visava um ponto de intersecção entre Psicanálise e Acompanhamento Terapêutico, no CAPSi João de Barro (2011 e 2012) e também com paciente particular.

cidade. O que orienta o trabalho nestes espaços tão distintos é a possibilidade de tratar de modo singular o que é trazido como sofrimento por estes pacientes em suas dificuldades. Seja dentro das instalações do CAPSi, seja nos espaços da cidade, a questão apresentada acima sempre retorna. Que operação se dá quando se dirige a palavra a um outro situado como aquele que pode/deve presentificar para o sujeito o laço analítico? Guardada a dificuldade que se coloca ao falarmos de psicanálise nestes espaços, uma vez que não obedecem ao esperado de um *setting* analítico, o que é próprio à psicanálise está sempre presente: a palavra.

No livro do primeiro ano de seu Seminário, Lacan (1953-1954), ao circunscrever o valor da palavra na transferência, estabelece que a palavra só tem valor como tal em uma condição de endereçamento a outro. É na presença de outro – ainda que esse outro possa ser por vezes o Outro que há em cada um de nós como emissor – que a palavra pode ter valor. Ao receber em atendimento os pacientes que buscam o CAPSi, mesmo com toda a gravidade nos mais diversos âmbitos, é perceptível que algo diferente pode vir a ocorrer na medida em que podem estar na presença de alguém que faça a oferta de um lugar de escuta.

Fez-se necessário investigar, de que modo, tomar a palavra dirigindo-a a um analista, operação mais básica da psicanálise, tal como Freud (1893) pode circunscrever pela técnica da associação livre, poderia ter efeito para estes pacientes que chegam em uma condição tão aguda. Uma vez que não seria possível abordar também a clínica com autistas e psicóticos no âmbito deste trabalho, fizemos uma escolha por vinhetas clínicas que, em sua maioria, testemunham do trabalho com familiares; exceto por uma única situação, cuja dúvida diagnóstica a propósito de uma paciente, é fundamental para o que queremos discutir. O caminho que escolhemos percorrer foi determinado pelo percurso de nosso trabalho com a clínica e do que estas indagações suscitaram de leitura. Não dialogamos com uma vasta literatura sobre o tema, mas buscamos adentrar alguns textos de Freud e Lacan de modo a tentar construir minimamente algumas referências quanto a seus conceitos mais primordiais.

Feita esta delimitação podemos situar com Lacan (LACAN, 1953/1998) que é a partir da introdução de um campo – o campo da linguagem – que podemos questionar a função da fala. Freud partiu daquilo a que ele pôde dar ouvidos na clínica com as histéricas para circunscrever o campo da psicanálise. Ao levar em conta a palavra de seus pacientes, distanciou a psicanálise de outros modos de investigação dos sintomas. Quando se deparou com o problema das paralisias que não obedeciam a uma ordem fisiológica, forjou a partir daí a concepção de um aparelho psíquico em funcionamento. Já desde essa concepção inicial, Freud inclui a noção de desejo implicada neste arranjo. Mas para abordar o desdobramento dado a este tema por Freud precisaremos nos remeter aos conceitos de inconsciente e pulsão, cruciais para o assunto em questão.

Lacan, retomando a problemática legada por Freud com os recursos trazidos pela formalização da linguagem, aborda o tema pelo viés da articulação significante que engendra o sujeito do inconsciente. A articulação significante se presentifica nos fenômenos de linguagem, tal como abordaremos pelo chiste. Para atingirmos o cerne do que ocorre no trabalho de análise, precisaremos passar pela questão da demanda como subsumida à linguagem e sua relação com a ordem do desejo. No final do capítulo dois, poderemos retomar o ponto em que Lacan reintroduz a articulação entre desejo e fala.

No terceiro capítulo pretendemos abordar a relação entre o ato da fala e a presença do analista. Para isso abordaremos as obras iniciais de Freud em que ele incluiu que um evento original teria ocasionado o trauma que gera o sintoma e parte de um método que permite trazer à tona as lembranças aflitivas, inaugurando o conceito mesmo de análise. É pelo viés da transferência, no entanto, que podemos circunscrever melhor o endereçamento ao analista como condição para o trabalho e, ao mesmo tempo, ponto de maior dificuldade.

A partir desta dimensão podemos retomar: o que é que a circulação da palavra nestas condições pode ocasionar? Lacan introduz a função que a dimensão significante introduz para que possamos nos referir à questão do desejo. Lacan pontua que “O desejo é profundamente modificado em sua ênfase, subvertido, tornado ambíguo ele mesmo por sua passagem pelas vias de significante.” (LACAN, 1957-58(1985), p. 95). Mas essencialmente a articulação entre palavra e desejo, só pode ganhar este caráter em análise. Daí a importância do campo aberto por Freud. Lacan, partindo do que foi a presença de Freud para os pacientes que tratou, afirma que, é a oferta de um lugar que pode promover uma demanda por falar:

“Freud estava engajado na pesquisa de uma verdade que lhe concernia totalmente, até na sua pessoa, portanto também na sua presença diante do doente, na sua atividade, digamos, de terapeuta - ainda que o termo seja inteiramente insuficiente para qualificar a sua atitude. No dizer do próprio Freud, esse interesse deu as suas relações com os seus doentes um caráter absolutamente singular.” (LACAN, 1953-54(1979), p. 31).

É a este caráter singular, tal como indica Lacan, que pretendemos recorrer para sustentar a questão acerca do endereçamento. A posição do analista em sua oferta de escuta, que pode gerar a demanda de análise, é, antes de tudo, uma posição ética. Investigar a relação entre ética e desejo no que tange à função do analista se mostra essencial para que possamos chegar ao ponto que determina nossa questão: o advento do sujeito do desejo na palavra endereçada ao analista.

1 CAPÍTULO TOMAR O SINTOMA PELA PALAVRA: A INTRODUÇÃO DA NOÇÃO DE INCONSCIENTE.

Partiremos da obra de Freud para abordar a questão do inconsciente como fundamento original da teoria analítica. Introduzir a noção de inconsciente exige que investiguemos a relação inicial que Freud pôde estabelecer entre palavra e sintoma, já que desde seus primeiros trabalhos reconhece a importância desta relação. A nós interessa buscar de que modo essa articulação liga-se ao que, mais tarde, será introduzido como inconsciente.

Desde artigos muito iniciais Freud destaca a ideia de que a palavra tem relação direta com o sintoma do qual a histérica se queixa. Os sintomas que não possuíam um correlato orgânico exigiam um modo distinto de tomar a paralisia das histéricas. Freud concebe então um aparelho psíquico determinado pela ordem da Quantidade e da Qualidade buscando definir o que ocorria nos fenômenos observados. No “Projeto para uma psicologia científica” (1895) tenta determinar que na origem dos sintomas estão em ação processos psíquicos quantitativamente determináveis e qualitativamente especificáveis. Define um primeiro esboço de aparelho que tende necessariamente à descarga das forças que o ultrapassam, antecipando um funcionamento que mais tarde influenciará drasticamente o conceito de inconsciente.

Porém, a ideia de um aparelho psíquico determinado pelas quantidades e qualidades que o ultrapassam, por maior que tenha sido sua importância para tudo que sucede a esta formulação, não se mostra suficiente para o confronto que a clínica impunha. Veremos que em *A interpretação dos sonhos* (1900) Freud partirá do trabalho com os sonhos para determinar as noções de condensação, deslocamento e sobredeterminação, concepções que baseiam a instância inconsciente.

Delimitaremos como este funcionamento opera uma tentativa de ocultar o que seria efetivamente da ordem do desejo que se expressa no sonho. Nosso problema inclui investigar de que modo o desejo inconsciente, como o que há de inapreensível e, ao mesmo tempo, incontornável, se expressa pela palavra dirigida ao analista. Nesta primeira exploração destacaremos a importância que a palavra toma na prática clínica que Freud cerniu.

1.1 O sintoma em sua relação com o âmbito da palavra.

Freud inicia o artigo “Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas” (1893[1888-1893]) fazendo a distinção entre as paralisias motora e cerebral, demonstrando as peculiaridades que as identificam. A proposta avança com uma hipótese de que as paralisias motoras periférico-medulares sejam reconhecidas como de projeção e de representação, dado que há diferenças orgânicas significativas que caracterizam cada uma delas no que diz respeito a seus sintomas somáticos. A histeria coloca em pauta um embaraço significativo para a justificativa de um corpo estritamente orgânico, uma vez que seus sintomas demonstram uma ordem de funcionamento que não respeita a lógica da transmissão nervosa.

Uma das características da paralisia histérica é a capacidade de imobilizar um músculo isoladamente, sem que os membros que participam da cadeia de transmissão sejam afetados, vale dizer: não obedecendo à ordem de uma interrupção nervosa. Freud aponta: “Tendo em conta tais restrições, pode-se afirmar que a paralisia histérica também é paralisia em representação, mas com um tipo especial de representação cujas características permanecem como um assunto a ser desvendado.” (FREUD, 1893[1888-1893](2006), p.206). Constrói-se a partir disso uma distinção radical entre a patologia orgânica e os fenômenos

observados na clínica com as histéricas. Se na primeira os efeitos encontram uma causa que pode ser evidenciada, a histeria não permite um correlato orgânico imediato. A histeria apresenta diferenças em relação aos sintomas da paralisia de representação:

“Na histeria, os sintomas da paralisia orgânica aparecem como que fracionados. [...] a histeria reproduz somente a paralisia dos membros, e até mesmo dissocia, com muita frequência e com a maior facilidade, as paralisias do braço e da perna, sob a forma de monoplegias. [...] ela pode criar a afasia total (motora e sensitiva) para um determinado idioma, sem causar a menor interferência na capacidade de compreender e de articular um outro idioma.” (FREUD, 1893[1888-1893](2006), p.206-207).

Freud atribui esses fenômenos (quando um membro é afetado isoladamente e sem respeitar a inervação orgânica, ou ainda, quando apenas é esquecido um idioma, sem que se afete outra função da fala) a uma *dissociação*. A paralisia histérica tem origem em uma disfunção “funcional ou dinâmica” e esta modificação ocorre pela alteração de excitabilidade de uma qualidade. A pergunta que sobrevém a esta afirmação é: que força seria capaz de influenciar esta dissociação e promover consequências tão radicais sobre a anatomia do doente? A hipótese de Freud para responder esta pergunta compreende uma primeira tentativa de destacar qual seria a causa dos sintomas evidenciados, ainda que sem poder determinar o que efetivamente ocorre:

“Esse comportamento da sensibilidade, que é diferente nas lesões orgânicas e na histeria, dificilmente pode ser explicado na atualidade.

[...]. Eu, [...] afirmo que a lesão nas paralisias históricas deve ser completamente independente da anatomia do sistema nervoso, pois, nas suas paralisias e em outras manifestações, a histeria se comporta como se a anatomia não existisse, ou como se não tivesse conhecimento desta.” (FREUD, 1893[1888-1893](2006), p.212).

Freud, neste ponto, determina a distinção que a psicanálise poderá promover em relação aos outros modos de concepção do sintoma. Afirmar que a paralisia histérica ultrapassa a anatomia e supor que se trata aí de uma dissociação, coloca em jogo a gênese da relação que, posteriormente, poderá ser estabelecida como a questão da representação do próprio corpo. A paralisia histérica teria origem em uma disfunção “funcional ou dinâmica”, esta modificação ocorre pela alteração de excitabilidade de uma qualidade.

A posição de Freud, de interrogar a relação dos órgãos e do corpo em geral com a paralisia que se evidencia no sintoma o leva até a questão da palavra e da representação psíquica.

“Considerada do ponto de vista psicológico, a paralisia do braço consiste no fato de que a concepção do braço não consegue entrar em associação com as outras ideias constituintes do ego, das quais o corpo da pessoa é parte importante. A lesão, portanto, seria *a abolição da acessibilidade associativa da concepção do braço*³.” (FREUD, 1893[1888-1893](2006), p.213).

Na paralisia histérica, portanto, a lesão será uma modificação da concepção, da ideia de braço, por exemplo. “Mas que espécie de modificação será essa, capaz de produzir a paralisia?” (FREUD, 1893[1888-1893](2006), p. 206-207). Freud se coloca aqui totalmente

³ Grifo nosso.

submetido ao mistério que a paralisção histérica promove. O que será capaz de produzir uma paralisia? Uma operação parece dominar o funcionamento do organismo e o ultrapassar, as próprias funções anatômicas estão determinadas por uma economia que suplanta este funcionamento.

A relação entre palavra e sintoma coloca a questão sobre o sintoma histérico: não é objetivamente o corpo orgânico e sua inervação que se encontram afetados, mas a concepção formulada sobre esse corpo que estaria dissociada. Embora Freud ainda não pudesse contar com a formalização do conceito de linguagem, é a relação entre linguagem e sintoma que encontramos neste trabalho: a suposição é de que o corpo é afetado por uma operação em que a palavra está envolvida, ainda que não seja possível determinar o que aí ocorre. Atribuir a paralisia à abolição da acessibilidade associativa e determinar que algo extrapola a lógica da inervação e obedece a outra ordem é bastante radical.

“[Na histeria] O braço comporta-se como se não existisse para as operações das associações. Não há dúvida de que, se as condições materiais correspondentes à concepção do braço estão profundamente modificadas, a concepção também será prejudicada. Mas tenho de demonstrar que esta consegue estar inacessível sem estar destruída e sem estar lesado o seu substrato material (o tecido nervoso da região correspondente do córtex).”
(FREUD, 1893[1888-1893](2006), p.213).

Estabelecer uma correlação entre palavra e sintoma dá lugar a uma nova possibilidade de tomar isto que acomete o paciente como sendo da ordem de *concepções* e *afetos*. Ao tomar o corpo como efeito da palavra, Freud reposiciona totalmente o problema da paralisia, que até

então era tomado como insolúvel pela medicina, e começa a supor que há uma economia de afetos em jogo nos sintomas: “(...) o *órgão paralisado ou a função abolida estão envolvidos numa associação subconsciente que é revestida de uma grande carga de afeto, e pode ser demonstrado que o braço tem seus movimentos liberados tão logo essa quantidade de afeto seja eliminada*⁴.”(FREUD, 1893[1888-1893](2006), p.214).

As associações que se relacionam à concepção de braço não estariam imediatamente acessíveis ao consciente sendo influenciadas por cargas de força, chamadas aqui de afetos. A capacidade associativa destas concepções estaria “(...) impregnada de uma associação subconsciente com a lembrança do evento, o trauma, que produziu a paralisia.” (FREUD, 1893[1888-1893](2006), p.214), fazendo com que a inervação seja afetada por essa ideia traumática. O problema colocado a partir da relação de *afetos e ideias* na determinação disto que ocorre ao paciente estabelece que os processos psíquicos envolvem representações carregadas de energia, traçando as bases para o que posteriormente fundamentará o conceito de inconsciente.

É a posição de Freud diante da concepção da paralisia histérica associada ao âmbito da palavra que indica a função desta no que Lacan formulará posteriormente como determinação do sujeito do inconsciente. Submetendo-se ao que pôde escutar em sua prática clínica com as históricas, Freud introduz uma diferença, produz um corte com o modo como a patologia era entendida antes. Ao oferecer escuta às queixas que eram trazidas Freud abriu um lugar para a palavra. Sua posição de sustentar o que lhe era endereçado permitiu a abertura de um campo que não está garantido por ter sido aberto, mas pelo ato de quem se coloca enquanto destinatário deste endereçamento. É este, essencialmente, o problema que nos dispomos a enfrentar, uma vez que no trabalho clínico apostamos que a oferta de um espaço para a palavra promova o efeito de fazer falar. A circulação da palavra, tal como Freud observou,

⁴ Grifo nosso.

evidencia outra ordem de funcionamento. Abordar a noção de inconsciente requer que levemos em consideração a palavra enquanto dirigida a um analista. A fala pode implicar algo que não estava constituído antecipadamente, mas que só se constrói a partir desta abertura.

1.2 Palavra e força na constituição de um funcionamento.

No trabalho “Projeto para uma psicologia científica” (1895) Freud busca tratar o problema dos sintomas histéricos elaborando uma instância que suporte a hipótese de representações carregadas de afeto e se coadune com os fenômenos verificados na clínica. O artigo é escrito na sequência do artigo sobre as paralisias (1893[1888-1893]) em que se verifica que a origem dos sintomas era propriamente do âmbito da palavra. Freud parte da hipótese de que os processos psíquicos são estados quantitativamente determinados o que permite aprofundar a reflexão sobre a formação do aparelho psíquico pela ordem da relação entre palavra (ou representação, como será posteriormente denominado) e força.

Freud concebe o aparelho psíquico pelas partículas materiais investidas de certa Quantidade (Q) de energia. A suposição é de que as patologias que acometem os pacientes sugerem uma excitação neuronal em estado de fluxo para a descarga da força Q. Os sintomas, portanto, teriam relação com as grandes quantidades de energia em fluxo para a descarga.

“Deriva diretamente das observações clínicas patológicas, especialmente no que diz respeito a ideias excessivamente intensas – na histeria e nas obsessões, nas quais, como veremos, a característica quantitativa emerge

com mais clareza do que seria normal. Processos, como estímulos, substituição, conversão e descarga que tiveram de ser ali descritos [em conexão com esses distúrbios], sugeriram diretamente a concepção da excitação neuronal como uma quantidade em estado de fluxo.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.347-348).

Introduz-se aí o princípio de inércia, pilar fundamental do funcionamento do aparelho psíquico. A energia que ultrapassa o aparelho vai de um neurônio a outro tendendo sempre à descarga. Diante de um excesso de Q a tendência primordial é a fuga do estímulo de modo a manter a quantidade de energia mais baixa possível. “Esse é o princípio de inércia neuronal: os neurônios tendem a se livrar de Q. A estrutura e o desenvolvimento, bem como as funções [dos neurônios], devem ser compreendidos com base nisso.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.348).

Freud faz uma correlação entre a intensidade do estímulo e o esforço para a descarga imediata – de modo que o sistema não seja abalado e tenda sempre à retomada a um ponto de equilíbrio com a menor energia possível. Essa dinâmica revela uma função homeostática, ou seja, um modo de funcionamento que permite que as forças retornem sempre a um mesmo ponto. Essa tendência à manutenção homeostática do sistema é reconhecida como a função primária do aparelho que prevê a descarga de modo que o nível da Q tenda a zero.

Esse funcionamento age em reação às forças advindas do mundo externo. É preciso levar em conta, no entanto, os estímulos endógenos que exercem sobre o aparelho psíquico uma força a qual não é possível a fuga, uma vez que advém do interior do organismo, e contra a qual não há defesa possível.

“Esses estímulos se originam nas células do corpo e criam as grandes necessidades: como respiração, sexualidade. Deles, ao contrário do que faz com os estímulos externos, o organismo não pode esquivar-se; não pode empregar a Q deles para a fuga do estímulo.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.348).

Contra a estimulação oriunda do mundo externo é possível a fuga ou a diminuição da intensidade através de telas que impedem que os estímulos sejam vivenciados em toda a sua intensidade. Dos estímulos endógenos não é possível esquivar-se.

“Eles cessam apenas mediante certas condições, que devem ser realizadas no mundo externo. (Cf., por exemplo, a necessidade de nutrição.) Para efetuar essa ação (que merece ser qualificada de “específica”), requer-se um esforço que seja independente da Q endógena e, em geral, maior, já que o indivíduo se acha sujeito a condições que podem ser descritas como as exigências da vida.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.349).

Essa tentativa de estabelecer o funcionamento psíquico por uma variação energética exige que Freud introduza ainda a ideia de uma função secundária: vias de descarga que seriam marcadas de modo a promover certa facilitação para a descarga do estímulo. “Em geral, aqui se verifica uma proporção entre a Q de excitação e o esforço requerido para a fuga do estímulo, de modo que o princípio da inércia não seja abalado por isso.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.348). A necessidade de que a satisfação se realize exige do organismo que abandone sua tendência original à inércia de forma a tolerar certa quantidade de Q suficiente para satisfazer as exigências de uma ação específica. É introduzida assim a

concepção de memória, neurônio impermeável que é permanentemente alterado pela passagem de Q, guardando a informação que leva à descarga de energia.

“Sob a pressão das exigências da vida, o sistema nervoso se viu forçado a guardar uma reserva de Q. Para esse fim, teve de aumentar o número de seus neurônios, que precisaram ser impermeáveis. Agora evita, pelo menos em parte, ficar cheio de Q (catexia), recorrendo a facilitações. Verifica-se, pois, que as facilitações servem à função primária. [do sistema nervoso].” (FREUD, 1895[1950](2006), p.353).

Os neurônios impermeáveis ψ tem suas barreiras de contato permanente alterados em caso de passagem de uma quantidade Q significativa. A memória é representada pelas facilitações entre os neurônios ψ , uma rede entre as barreiras de contato de modo que se crie um trilhamento de descarga. Essa ação contrasta com a ideia de que a energia toda seja escoada e que o neurônio volte ao seu estado anterior. As células mnêmicas serão permanentemente alteradas após a passagem da excitação, caracterizando a possibilidade de representar a memória.

“Pois, em relação à passagem da excitação, a memória é evidentemente uma das forças determinantes e orientadoras de sua direção [...]. Por isso, pode-se dizer de maneira ainda mais correta que a memória está representada pelas diferenças nas facilitações entre os neurônios.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.352).

A facilitação entre os neurônios depende da magnitude da Quantidade Q que imprime sua passagem, assim como da frequência com que essa impressão se repete. As facilitações servem, desse modo, à função primária do sistema nervoso uma vez que guardariam uma memória sobre a melhor forma de garantir a descarga de Q. “Todas as funções do sistema nervoso podem ser compreendidas sob o aspecto das funções primárias ou secundárias impostas pelas exigências da vida”. (FREUD, 1895[1950](2006), p.349). Essa memória guardaria o caminho para a descarga da força.

É preciso notar que esta formulação um tanto emblemática acerca do funcionamento psíquico tem como fim tentar representar o problema dos sintomas histéricos. Para sua leitura é necessário observar de que modo este aparelho psíquico se situa na perspectiva daquilo com o que a clínica nos confronta. Freud apresenta o paciente como determinado por uma economia que visa diretamente a satisfação. Não há gerência possível sobre esta tendência à descarga, é uma ordem imperativa, tal como os sintomas. O movimento original de reduzir energia a zero não nos parece estar de acordo com a própria ordem da vida. Mesmo que não o figure ainda deste modo, o que Freud esboça é um aparelho que tende à morte, à descarga total. Ao mesmo tempo, é a tentativa de garantir a descarga que promove um acúmulo de energia de modo a executar uma ação específica no mundo externo.

“Eles [estímulos endógenos] cessam apenas mediante certas condições, que devem ser realizadas no mundo externo. [...] Para efetuar essa ação (que merece ser qualificada de “específica”), requer-se um esforço que seja independente da Q endógena e, em geral, maior, já que o indivíduo se acha sujeito a condições que podem ser descritas como as exigências da vida. Em consequência, o sistema nervoso é obrigado a abandonar sua tendência original à inércia (isto é, a reduzir o nível da Q a zero). Precisa tolerar [a

manutenção de] um acúmulo de Q suficiente para satisfazer as exigências de uma ação específica.” (FREUD, 1895[1950](2006), p. 349).

O argumento de Freud implica que o próprio aparelho tenha sofrido uma alteração de modo a garantir a execução da ação específica, tolerando a presença pontual de uma quantidade Q. A força endógena, em constante estado de exigência, ocasionará uma descarga que será transferida para via motora, sem que haja uma alteração efetiva na necessidade interna. Esta via primeira conduz à expressão de gritos e agitação motora que não produzem nenhum alívio ao estímulo endógeno que continua a ser recebido, mantendo a tensão em ψ .

O organismo humano, por si só, é incapaz de executar a ação específica. Torna-se imprescindível a intervenção de um outro, já que, para que o estímulo seja abolido é necessária uma interferência que promova uma alteração no mundo externo. A consequência que Freud vislumbra é que exclusivamente o efeito da ação de outro que pode deixar o organismo em condições de executar a atividade que remova o estímulo endógeno.

“Ela se efetua por ajuda alheia, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.370).

Essa suposição, representada como um problema de energia faz retornar a questão sobre de que modo a força se liga à ordem da palavra. É o movimento em direção ao mundo

externo que enlaça a criança na relação com o outro, desde que o grito, que é pura descarga, seja tomado como um pedido, uma demanda que será nomeada. É esse o ato que lança o pequeno infante na ordem da vida. Por esse viés Freud introduz a palavra como uma parte da via que pode vir a conduzir à mudança interna necessária para a ação específica. A fala adquire a função secundária de comunicação ao atrair outro que poderá auxiliar a criança em sua aflição. A fala “desde então, passa a servir ao propósito da comunicação, ficando assim incluída na ação específica.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.421).

O evento que constitui esta *experiência de satisfação* gera uma imagem mnêmica que ficará associada daí em diante. O traço mnêmico desta experiência é acessado de imediato quando a excitação produzida pela necessidade manifesta-se. Um movimento psíquico buscará reinvestir a memória da percepção, no entanto, encontrará apenas o traço perceptivo reinvestido e não o objeto que poderia realizar o desejo, uma vez que este não pode mais ser encontrado.

“A totalidade do evento constitui então a experiência de satisfação, que tem as conseqüências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo. Isso porque três coisas ocorrem no sistema: (1) efetua-se uma descarga permanente e, assim, elimina-se a urgência que causou desprazer em; (2) produz-se no *pallium* a catexização de um (ou de vários) neurônio que corresponde à percepção do objeto; e (3) em outros pontos do *pallium* chegam as informações sobre a descarga do movimento reflexo liberado que se segue à ação específica.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.370).

Este processo, no entanto, pode levar a uma descarga que não se realiza efetivamente, a não ser enquanto alucinação. É preciso criar um mecanismo de julgamento de modo a ter alguma garantia de que o objeto efetivamente promoverá a descarga. A alucinação é o caminho mais curto para uma pretensa realização do desejo, no entanto, não o satisfaz, não promove uma descarga eficiente, uma vez que o objeto que gerou o primeiro registro de satisfação não pode mais ser encontrado. O não reencontro com o objeto e, conseqüentemente, com a satisfação esperada promoverá um dispêndio de energia. Será necessário deter o movimento antes que ele se torne completo. “É provável que a imagem mnêmica do objeto será a primeira a ser afetada pela ativação do desejo.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.370). Essa ação não levaria senão ao caminho da alucinação, sendo necessário um movimento que a experiência tornou imprescindível para que o aparelho psíquico não dispendesse sua energia em uma descarga alucinatória.

A atividade de pensamento envolvida entre a imagem mnêmica e o momento em que a identidade perceptiva é estabelecida pelo mundo exterior envolve todo o processo que constituirá o que será reconhecido como ego. O ego inibe o investimento de modo a produzir um investimento apenas moderado do objeto desejado, o que pode permitir reconhecê-lo como não-real. A inibição do investimento para evitar o desprazer tem a relevante consequência de promover a atividade de pensamento.

“Embora esse ego deva esforçar-se por se livrar de suas catexias pelo método da satisfação, isso não pode acontecer de nenhuma outra maneira senão por ele influenciar a repetição das experiências de dor e dos afetos, e pelo método seguinte, que é geralmente descrito como inibição. (FREUD, 1895[1950](2006), p.370).

A inibição entra como parte do processo de julgamento da realidade externa. É esta inibição que garantirá o investimento em catexias colaterais de modo que a descarga não tenda a seu primeiro impulso, ou seja, o de uma descarga infrutífera na direção de um objeto que não poderá mais ser alcançado. A impossibilidade de reencontrar o objeto que teria gerado a descarga frutífera faz com que Freud introduza o conceito de *das Ding*, a coisa. Neste trabalho *das Ding* é concebido como o objeto perdido, que participará ativamente da capacidade judicativa frente à tentativa de descarregar a quantidade de energia.

“No início da função judicativa, quando as percepções despertam interesse devido a sua possível conexão com o objeto desejado, e seus complexos são decompostos num componente não assimilável (a coisa) e num componente conhecido do ego através de sua própria experiência (atributos, atividade) – o que chamamos de compreensão-, dois vínculos emergem [nesse ponto] em relação com o enunciado da fala.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.421).

Ao introduzir a noção deste componente não assimilável, a Coisa, *das Ding*, Freud indica que no enunciado da fala há um componente conhecido pelo ego e um ponto absolutamente obscuro. A palavra tem como efeito direto estes dois registros.

É, portanto, a não coincidência com a memória, uma vez que a coisa, *das Ding*, não pode mais ser encontrada, que pode fazer reincidir sua busca. É, portanto, a ausência do objeto que pode promover uma nova tentativa de alcançá-lo e a palavra, em seu duplo registro, implica diretamente a experiência desta perda. A palavra suscita, desse modo, uma

relação entre o objeto perdido e a recorrente tentativa de reaver a satisfação proporcionada. Abordaremos de que modo essa articulação relaciona-se com o desejo.

1.3 Os mecanismos que regem o inconsciente a partir da análise dos sonhos.

A partir de *A interpretação dos sonhos* (1900) Freud supõe que há um conflito que determina o funcionamento psíquico e concebe que os sintomas são os efeitos diretos dessa ordem de forças em oposição. Sua hipótese é de que os sonhos seriam o modo mais acessível de verificar o caráter antagônico da energia que regula o aparelho psíquico. Os sonhos não podem ser apenas considerados pelo seu conteúdo mais imediato, o *conteúdo manifesto*, há sempre algo a mais a dizer sobre eles, de onde podemos depreender o *conteúdo latente*. Os sonhos são realizações de desejo drasticamente modificado em sua aparência, mas que ocultam um sentido que só pode comparecer pela via da palavra dirigida a um analista.

“Os sonhos são atos psíquicos tão importantes quanto quaisquer outros; sua força propulsora é, na totalidade dos casos, um desejo que busca realizar-se; o fato de não serem reconhecíveis como desejos, bem como suas múltiplas peculiaridades e absurdos, devem-se à influência da censura psíquica a que foram submetidos durante o processo de sua formação; à parte a necessidade de fugir a essa censura, outros fatores que contribuíram para sua formação foram a *exigência de condensação de seu material psíquico*, a consideração de sua representabilidade em imagens sensoriais e – embora não

invariavelmente – a demanda de que a estrutura do sonho possua uma fachada racional e inteligível.” (FREUD, 1900(2006), p.564).

Instâncias psíquicas em dissonância promovem a alteração que torna os sonhos incompreensíveis, mas o que Freud privilegia essencialmente é o desejo implicado em cada ato. Deste ponto em diante, o sonho, o sintoma, o ato falho e o chiste assumem uma função fundamental na expressão do desejo, uma vez que representam o que escapa à tentativa de ocultamento promovida pela instância censora. O alcance dessa guinada remete à introdução do conceito de inconsciente.

Freud defende que todo sonho tem um sentido. Um fato cotidiano dispara o processo de formação do sonho e o que pode ser lembrado pelo sonhador é seu conteúdo manifesto. Freud, contudo, vai além de seus antecessores e revela que há sempre um conteúdo latente no sonho, fundamento que permite que o sentido do sonho possa ser analisado. O conteúdo manifesto e o latente podem ser considerados como duas versões do mesmo assunto em duas linguagens diferentes. “Ou, mais apropriadamente, o conteúdo do sonho é como uma transcrição dos pensamentos oníricos em outro modo de expressão cujos caracteres e leis sintáticas é nossa tarefa descobrir, comparando o original e a tradução.”(FREUD, 1900(2006), p.303). O conteúdo latente do sonho é expresso numa escrita pictográfica cujos caracteres precisam ser transpostos para o conteúdo manifesto. A alteração drástica pela qual o sonho é submetido entre seu conteúdo manifesto e o conteúdo latente é causada pela distorção onírica.

“Obviamente, porém, só podemos fazer um juízo adequado do quebra-cabeças se pusermos de lado essa críticas da composição inteira e de suas partes, e se, em vez disso, tentarmos substituir cada elemento isolado por

uma sílaba ou palavra que possa ser representada por aquele elemento de um modo ou de outro. As palavras assim compostas já não deixarão de fazer sentido, podendo formar uma frase poética de extrema beleza e significado. O sonho é um quebra-cabeça pictográfico desse tipo, e nossos antecessores no campo da interpretação dos sonhos cometeram o erro de tratar o rébus como uma composição pictórica, e como tal, ela lhes pareceu absurda e sem valor.” (FREUD, 1900(2006), p.304).

O mecanismo de distorção dos sonhos é fomentado pela censura, responsável pelo caráter obscuro que este assume. O mecanismo censor opera não apenas na vida onírica, mas essencialmente nos atos contraditórios da vida de vigília: “os sonhos se comportariam como os sintomas neuróticos” (FREUD, 1900(2006), p.553). A analogia permite o exame do conflito psíquico entre as instâncias inconsciente e consciente em todos os atos psíquicos, as manifestações inconscientes do desejo possuem seu curso alterado pela censura em operação. Freud define com isso os mecanismos que regem os processos inconscientes, quais sejam a condensação e o deslocamento.

Trabalho de Condensação: o conteúdo manifesto do sonho, quando trazido à luz pelo trabalho de interpretação, revelará um material muito mais extenso do que se poderia imaginar. Essa é a consequência do trabalho de condensação que opera no material do sonho de modo que esteja sempre aquém de seu conteúdo. “Mesmo que a solução pareça satisfatória e sem lacunas, resta sempre a possibilidade de que o sonho tenha ainda outro sentido. Rigorosamente falando, portanto, é impossível determinar o volume de condensação.” (FREUD, 1900(2006), p.305). O sonho é, portanto, uma versão incompleta e fragmentária do conteúdo latente e só pode ser acessado pelo trabalho de análise. A associação que se efetua em análise já deve ter feito parte do processo de formação do sonho, mas não poderia ter sido

alcançada senão pela particularidade que o trabalho de análise promove, qual seja o de falar livremente a um analista.

“Sem dúvida é verdade que algumas cadeias de idéias surgem pela primeira vez durante a análise. Mas em todos esses casos podemos convencer-nos de que essas novas ligações só se estabelecem entre idéias que já estavam ligadas de alguma outra forma nos pensamentos do sonho.” (FREUD, 1900(2006), p.306).

Alguns elementos que participam da formação do sonho funcionam como pontos nodais para os quais converge um grande número do material que está latente. O fato é que a interpretação do sonho é muito mais extensa, ou seja, possui mais elementos do que o seu relato. Um único elemento do que é manifesto no sonho representaria diversos elementos presentes no conteúdo latente. Isso se faz possível na medida em que características de cada um desses pensamentos se fundem em um único representante, o qual representa aí todo um grupo. O sonho não é estruturado isoladamente, mas:

“(…) construído por toda a massa de pensamentos do sonho, submetida a uma espécie de processo manipulativo em que os elementos que têm suportes mais numerosos e mais fortes adquirem o direito de acesso ao conteúdo do sonho – de maneira análoga à eleição por *scrutin de liste*” (FREUD, 1900(2006), p.310).

Trabalho de Deslocamento: Freud supõe que o que está mais evidente no conteúdo manifesto não será, necessariamente, o que será representado no sonho. O conteúdo latente pode ter elementos diferentes como ponto central. Essa operação tem como resultado um meio próprio de representação dos sonhos em que a força psíquica acaba por despojar o alto valor de certos elementos, criando deformações que interferem e resultam na diferença observada entre conteúdo e pensamento.

“Portanto, parece plausível supor que, no trabalho do sonho, está em ação uma força psíquica que, por um lado, despoja os elementos com alto valor psíquico de sua intensidade, e, por outro, por meio da sobredeterminação, cria, a partir de elementos de baixo valor psíquico, novos valores, que depois penetram no conteúdo do sonho. Assim sendo, ocorrem uma transferência e deslocamento de intensidade psíquicas no processo de formação do sonho, e é como resultado destes que se verifica a diferença entre o texto do conteúdo do sono e o dos pensamentos do sonho.” (FREUD, 1900(2006), p.333).

Elementos de baixo valor psíquico penetram no sonho e geram um deslocamento das intensidades, incidindo na difícil tarefa de estabelecer o que seria importante. O que comparece como menos importante na imagem onírica pode assumir uma força muito intensa no conteúdo relatado. Essa concepção dá origem à transposição de todos os valores psíquicos entre o material latente e o sonho.

“O processo que estamos aqui presumindo é nada menos do que a parcela essencial do trabalho do sonho, merecendo ser descrito como o

‘deslocamento do sonho’. O deslocamento do sonho e a condensação do sonho são os dois fatores dominantes a cuja atividade podemos, em essência, atribuir a forma assumida pelos sonhos.” (FREUD, 1900(2006), p.333).

Freud delimita o funcionamento que opera nesta tentativa de ocultar o que seria efetivamente da ordem do desejo. Todo o trabalho de discorrer sobre os processos psíquicos tais como Freud os trouxe até aqui busca formalizar a concepção por ele cunhada de uma instância de desejo em oposição a outra, responsável pela censura.

Essa construção permite chegarmos ao ponto de nosso problema: a palavra e sua relação com a noção de inconsciente. O sonho reafirmado enquanto realização de um desejo, sobre o qual o sonhador não possui qualquer ingerência racional, demonstra o caráter inconsciente deste. O desejo não é, desde Freud, o que se almeja racionalmente, mas sim isto que só pode comparecer como surpresa e desconhecimento, ao mesmo tempo que preserva um traço familiar. Não pode ser apreendido no sentido estrito do sonho, mas pelo efeito que gera. Não é possível interpretar todos os sonhos, sempre restará um ponto inapreensível, sobre o qual Freud aponta:

“(…) tem de ser deixado na obscuridade; é que, durante o trabalho de interpretação, apercebemo-nos de que há nesse ponto um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixa desenredar e que, além disso, nada acrescenta a nosso conhecimento do conteúdo do sonho.” (FREUD, 1900(2006), p.556).

Freud defende que os sonhos teriam um caráter regressivo, retornando ao ponto mais primitivo de sua formação. Baseiam-se na ordem do desejo que força a passagem à instância consciente: “Se descrevermos como “progressiva” a direção tomada pelos processos psíquicos que brotam do inconsciente durante a vida de vigília, poderemos dizer que os sonhos têm um caráter ‘regressivo’”. (FREUD, 1900(2006), p.572). Essa regressão diz respeito ao retorno a um ponto anterior, uma imagem sensorial da qual se originou. Esse é precisamente, o umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no que há de mais incógnito.

“Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, pela natureza das coisas, ter um fim definido; estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo do pensamento. É de algum ponto em que essa trama é particularmente fechada que brota o desejo do sonho, tal como um cogumelo de seu micélio.” (FREUD, 1900(2006), p.556-557).

Toda a atividade psíquica parte de estímulos, sejam estes internos ou externos, que terminam em inervações. Os processos psíquicos seguem seu fluxo de descarga da extremidade perceptual para a motora. A regressão, como um movimento regressivo do aparelho psíquico, retrocede ao que Freud denominou traços subjacentes. A ação do processo regressivo durante o estado de vigília promoveria as alucinações⁵ que os pacientes traziam ao tratamento. Freud estabelece uma correlação dessa ação com o processo regressivo dos pensamentos e atribui à influência de memórias infantis nisso mesmo que acomete o paciente que chega à análise. “Os pensamentos vinculados a esse tipo de lembrança, e cuja expressão é

⁵ Freud toma como alucinações o discurso de suas pacientes nos momentos de crise, não sendo uma correspondência direta com a interpretação atual de alucinação encontrada em manuais diagnósticos.

proibida pela censura, são, por assim dizer, atraídos pela lembrança para a regressão, como a forma de representação em que a própria lembrança se inscreve.” (FREUD, 1900(2006), p.575). Freud, de certo modo, coloca em jogo um retorno ao ponto em que as lembranças são inscritas na memória, ainda na tentativa de estabelecer um ponto de origem para o que acomete o paciente. Atribui, assim, situações vivenciadas em um momento anterior como responsáveis pelos eventos que ocorrem no presente.

“Posso também lembrar que um dos resultados a que se chegou nos Estudos sobre a Histeria foi que, quando era possível trazer à consciência cenas infantis (quer fossem lembranças ou fantasias), elas eram vistas como alucinações e só perdiam essa característica no processo de serem comunicadas. Além disso, é comumente sabido que, mesmo nas pessoas cuja memória não é normalmente do tipo visual, as recordações mais primitivas da infância conservam até idade avançada o caráter de vividez sensorial.” (FREUD, 1900(2006), p.575).

Uma força atua, invariavelmente, em todo o processo psíquico de modo a determiná-lo. A regressão seria efeito, então, da resistência ao avanço de um pensamento em direção à consciência, ao mesmo tempo em que estaria em ação uma atração exercida sobre o pensamento pela presença de memórias infantis de grande força. “Na regressão, a trama dos pensamentos oníricos decompõe-se em sua matéria-prima.” (FREUD, 1900(2006), p.574). A origem do desejo teria produzido, ainda na infância, marcas determinantes que se mostram neste processo regressivo.

O ponto mais importante para nós talvez seja incluir a dificuldade intrínseca ao próprio trabalho de análise, o que Freud coloca em evidência é o limite imposto para a

interpretação, incluindo o incógnito da própria história constituinte do paciente, mas que é justamente o que está em ação na ordem do desejo que opera o funcionamento psíquico.

“É minha suposição que um desejo consciente só consegue tornar-se instigador do sonho quando logra despertar um desejo inconsciente do mesmo teor e dele obter reforço. Segundo indicações provenientes da psicanálise das neuroses, considero que esses desejos inconscientes estão sempre em estado de alerta, prontos a qualquer momento para buscar o meio de se expressarem quando surge a oportunidade de se aliarem a uma moção do consciente e transferirem sua grande intensidade para a intensidade menor desta última.” (FREUD, 1900(2006), p.582).

Assim, o desejo inconsciente seria incapaz de influenciar a consciência diretamente, mas exerce sua força ao estabelecer um vínculo com uma representação consciente transferindo sua intensidade e ‘fazendo-se passar’ por ela. Ao mesmo tempo que o inconsciente é uma instância inacessível, só poderá manifestar-se pelo investimento que promove em uma representação do sistema consciente. Esta concepção ganha sentido quando aproximamos o funcionamento dos sonhos e o sintoma:

“O sintoma não é simplesmente a expressão de um desejo inconsciente realizado; é preciso que esteja presente também um desejo do pré-consciente realizado pelo mesmo sintoma, de modo que o sintoma tem pelo menos dois determinantes, cada qual surgindo de um dos sistemas envolvidos no conflito.” (FREUD, 1900(2006), p.598).

Freud depara-se com a evidência de que o desejo, ainda que não possa ser acessado, exerce influência sobre o que virá a tornar-se consciente ou não, determinando sua operação em todos os atos psíquicos. A influência determinante é atribuída ao caráter regressivo de sua inscrição. Freud afirma que “(...) o desejo que é representado num sonho tem de ser um desejo infantil.” (FREUD, 1900(2006), p.582). A ordem do desejo originada na infância permaneceria inacessível, graças à inibição exercida pelo pré-consciente. Esses desejos inconscientes continuam a exercer sua força sobre o aparelho psíquico, mas entram em conflito com a instância contraditória a esse desejo:

“A realização desses desejos não mais geraria um afeto de prazer, mas sim de desprazer; e é precisamente essa transformação do afeto que constitui a essência daquilo a que chamamos “recalcamento”. O problema do recalcamento está na questão de como e devido a que forças impulsoras ocorre essa transformação; mas esse é um problema em que nos basta tocar de passagem aqui.” (FREUD, 1900(2006), p.629).

O desprazer oriundo da realização do desejo tem origem na oposição entre o caráter sexual dos desejos infantis e a impossibilidade de sua realização, o que estaria na origem dos sintomas neuróticos. “[...] o sistema histérico só se desenvolve quando as realizações de dois desejos opostos, cada qual proveniente de um sistema psíquico diferente, conseguem convergir numa única expressão.” (FREUD, 1900(2006), p.524). O aspecto sexual destacado por Freud na constituição do desejo inconsciente denota sempre um caráter de angústia associado. Freud aborda essa angústia pelo viés de uma incapacidade da criança em lidar com

o aspecto sexual já estabelecido para o adulto, uma vez que ela ainda não poderia compreender. A pergunta que resta ao infante é sobre o desejo do outro sobre ele e a angústia relacionada à impossibilidade de uma resposta. A questão sobre o desejo se coloca, portanto, a partir do desejo do outro em seu investimento sobre a criança. Essa concepção remete-nos ao texto do Projeto (1895) em que a função da fala tem relação direta com a possibilidade de que uma necessidade seja tomada com esta inscrição por um outro, origem do desejo e da função da palavra.

2 CAPÍTULO – A DIMENSÃO SIGNIFICANTE E A QUESTÃO DO SUJEITO.

Em nossa pesquisa buscamos a relação entre a palavra dirigida em análise e a noção de inconsciente. Os artigos da chamada Primeira Tópica assumem o funcionamento do aparelho psíquico enfatizando o aspecto da quantidade e da qualidade atuando em instâncias que se opunham, consciente e inconsciente. Até os artigos chamados Metapsicológicos, no entanto, a importância que o fator imperativo da força toma na determinação do aparelho psíquico não havia sido bem delineada⁶ em suas publicações imediatamente posteriores. Freud não abandona a ideia de forças em oposição, mas recoloca o problema a partir da ênfase no aspecto pulsional e das representações. A pulsão⁷ e o inconsciente são conceitos fundamentais na medida em que Freud precisou cerni-los para operar no campo que ele próprio abria.

No artigo “Os instintos e suas vicissitudes⁸.” (1915) verificamos, essencialmente, a tentativa de definir a origem e a função da força pulsional na formação do aparelho psíquico. Partindo da ideia de uma energia endógena que atua sobre o aparelho, e que não poderá ser descarregada, uma vez que as condições para sua plena satisfação não estão mais disponíveis, Freud estabelece os destinos que a pulsão sofrerá. O conceito de recalque, trabalhado no artigo “A repressão” (1915) delimita o mais fundamental destes destinos, uma vez que determina a própria constituição do aparelho psíquico.

Freud enfatiza o processo de recalque da *Vorstellungsrepräsentanz*, que determinaria todo o processo secundário que envolverá o que será recalçado. Lacan retoma este ponto a

⁶ É certo que é no “Projeto para uma psicologia científica” (1895) que este fator imperativo é primeiro enunciado, porém ressaltamos que Freud decidiu não retomar expressamente as formulações deste artigo – o mesmo só tendo sido publicado em 1950 – este fator permaneceu como uma hipótese em alguma medida suposta ou mesmo suspensa nos artigos posteriores, até esta problemática econômica ser novamente tematizada por meio do conceito de pulsão (FREUD 1905, 1915 e 1920).

⁷ Utilizaremos a palavra *Pulsão* como tradução para *Trieb*. A tradução da Editora Imago, no entanto, fará uso da palavra *Instinto*.

⁸ Aqui referido como “As Pulsões e seus destinos” (FREUD, 1915).

partir da perspectiva do inconsciente estruturado tal como uma linguagem, enfatizando a função do significante na concepção de sujeito do inconsciente. É a partir desta compreensão que poderemos questionar a relação entre sujeito e linguagem e seus efeitos para o que reconhecemos como desejo, perspectiva que permitirá examinar o que representa o endereçamento da fala a um analista.

2.1 A pulsão ordena um funcionamento.

Freud coloca a dificuldade desde o início do artigo das Pulsões (1915). Já de saída afirma que o início da atividade científica consiste na aplicação de ideias ao fenômeno que se pretende observar e descrever, suposições que buscam apresentar o material observado. No caso dos objetos da ciência se essas suposições permitem manipular satisfatoriamente o material de que tratam, são mantidas como postulados científicos. Quando fracassam nessa manipulação são reformuladas ou substituídas. Este é o movimento que conduz a ciência no sentido da objetividade. São hipóteses que possibilitam uma operação.

Em relação ao conceito de pulsão, Freud coloca que a experiência não se viabiliza inteiramente enquanto uma teoria científica. As relações com o fenômeno observado como oriundas do inconsciente não permitem operar uma teorização plenamente objetiva. O inconsciente não é observável em si mesmo, nem independente de sua incidência que exige o endereçamento da palavra a um outro que constitui o campo analítico. Porém o inconsciente opera, legitima-se pelos seus efeitos. O conceito de inconsciente abre um campo que qualifica os fenômenos que não podiam ser tomados pelos saberes disponíveis.

Aos sintomas que não encontravam um correlato orgânico que o justificassem, Freud associa uma força em ação no funcionamento do aparelho psíquico. O problema já havia sido introduzido previamente no artigo do Projeto (1895) como um conjunto de forças de origem somática que tendiam à descarga. No artigo sobre as Pulsões (1915), Freud estabelece a distinção fundamental entre o que seria um estímulo externo e uma excitação pulsional. A primeira caracteriza-se pelo impacto instantâneo ao qual o organismo responde de maneira reflexa, de modo a remover sua ação.

“Além disso, tudo que é essencial num estímulo fica encoberto, se presumimos que ele atua com um impacto único, podendo ser removido por uma única ação conveniente. Um exemplo típico disso é a fuga motora proveniente da fonte de estimulação” (FREUD, 1915(2006), p. 124).

A excitação pulsional distingue-se radicalmente por advir do interior do próprio corpo e atuar como um estímulo que atinge à mente de modo constante, sua força não produz um impacto momentâneo, pelo contrário, faz uma exigência permanente. Por advir de dentro do próprio organismo não permite a fuga pela ação motora.

“Em primeiro lugar, um estímulo instintual não surge do mundo exterior, mas de dentro do próprio organismo. (...) Um instinto jamais atua como uma força que imprime um impacto momentâneo, mas sempre como um impacto constante. Além disso, visto que ele incide não a partir de fora mas de dentro do organismo, não há como fugir dele.” (FREUD, 1915(2006), p. 124).

A força constante e imperativa que atinge o organismo caracteriza uma necessidade e exige a busca de meios para a sua satisfação, o que só poderá ocorrer mediante alteração apropriada de sua fonte de excitação. “O que elimina uma necessidade é a ‘satisfação’. Isso pode ser alcançado apenas por uma alteração apropriada (‘adequada’) da fonte interna de estimulação.” (FREUD, 1915(2006), p. 124). Freud destaca que a imposição infligida pela força endógena se caracteriza como uma exigência de trabalho que obriga o organismo a requisitar uma alteração no mundo externo para sua satisfação.

A diferença produzida pela ação das forças promove uma caracterização entre o que adviria do próprio organismo e o que procede do mundo externo, uma vez que a exigência de trabalho que o meio interno impõe ao aparelho psíquico distingue-se da exigência externa por não permitir a fuga por reflexo muscular. Caracteriza-se uma primeira oposição entre o que é interior e o que é exterior ao organismo. O caráter fronteiro aí disposto permite um primeiro contorno entre *eu* e *não-eu*:

“Esse organismo muito em breve estará em condições de fazer uma primeira distinção e uma primeira orientação. Por um lado, estará cômico de estímulos que podem ser evitados pela ação muscular (fuga); estes, ele os atribui a um mundo externo. Por outro, também estará cômico de estímulos contra os quais tal ação não tem qualquer valia e cujo caráter de constante pressão persiste apesar dela; esses estímulos são os sinais de um mundo interno, a prova de necessidades instintuais.” (FREUD, 1915(2006), p. 125).

As consequências dessa suposição são determinantes. A capacidade de diferenciar o meio externo e interno do organismo se mostra como a possibilidade de reconhecer-se

enquanto distinto de um outro. Esta diferenciação exige que haja um outro capaz de amparar as necessidades inerentes à pulsão em sua tendência à descarga. Freud retoma aqui, portanto a hipótese presente no artigo do Projeto (1815): a de que o aparelho psíquico tende à descarga absoluta das energias que o ultrapassam.

Esta condição de descarga absoluta, no entanto, não poderá ser atendida uma vez que o organismo não pode livrar-se sozinho da incômoda exigência produzida pela força interna. Ao mesmo tempo, urge uma defesa contra a violência desta exigência endógena. O aparelho psíquico precisa abdicar da descarga absoluta, primeiro por não poder fazê-lo sozinho e também porque a pulsão mantém um fluxo incessante de estimulação. A tarefa de dominação dos estímulos exige que o aparelho psíquico “empreenda atividades complexas e interligadas, pelas quais o mundo externo se modifica de forma a proporcionar satisfação à fonte interna de estimulação.” (FREUD, 1915(2006), p. 126). A pulsão exige um grau de investimento para a descarga, um acúmulo de energia que poderá promover uma ação que engaje uma alteração no mundo externo rumo a alguma satisfação. Os efeitos dessa ação introduzem o caráter fronteiro da pulsão enquanto inscrição psíquica das exigências do corpo:

“Se agora nos dedicarmos a considerar a vida mental de um ponto de vista biológico, um ‘instinto’ nos aparecerá como sendo um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo.” (FREUD, 1915(2006), p. 127).

Tomar a pulsão como limite entre o psíquico e o somático implica localizá-la como o registro mental dos estímulos que se originam em uma fonte interna ao corpo. Estes estímulos, tal como já verificamos, se distinguem pela permanente e radical exigência para a descarga. Freud aponta que esta força se inscreve neste *entre* somático e psíquico como uma exigência de trabalho que se caracteriza pela transição desta força para representações psíquicas. Esta passagem não pode se realizar integralmente uma vez que não há representante que possa expressar inteiramente a força. A inviabilidade de uma representação absoluta caracteriza essencialmente a força imposta pela pulsão que, por consequência de sua ligação com o somático, faz uma exigência constante de trabalho. Freud estabelece que o que caracterizaria essencialmente o funcionamento da pulsão é sua *Quelle, Drang, Ziel e Objekt*.

A *Quelle* é a fonte da pulsão, sua origem remete à parte do corpo investida e de onde advém a força que promoverá a exigência de trabalho. É o que delimita as zonas de importância corporal e tem relação direta com o mundo externo. As fontes de estimulação exercem esta função fronteira que a pulsão faz entre o corpo e o mundo externo, a partir de sua inscrição no registro psíquico: “Por fonte [*Quelle*] de um instinto entendemos o processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por um instinto.” (FREUD, 1915(2006), p. 128-129).

A *Drang*, ou a pressão da pulsão, é a medida de demanda de trabalho que ela faz ao aparelho psíquico: “Por pressão [*Drang*] de um instinto compreendemos seu fator motor, a quantidade de força ou a medida da exigência de trabalho que ela representa. A característica de exercer pressão é comum a todos os instintos; é, de fato, sua própria essência.” (FREUD, 1915(2006), p. 127). A pressão é a quantidade de força que a pulsão impõe e caracteriza a intensidade que ela tomará no organismo a partir da exigência corporal. Esta força não possui um guia, é uma força sem destino, mas imprime uma marca no aparelho psíquico.

“O impulso, primeiro, vai ser identificado a uma pura e simples tendência à descarga. Esta tendência é o que se produz pelo fato de um estímulo, a saber, a transmissão da parte admitida, ao nível do estímulo, do suplemento de energia, a famosa quantidade Q_n do *Entwurf*.” (LACAN, 1964 (2008), p. 169).

O único fim da pulsão é a satisfação e seu caminho rumo à descarga de energia promoverá todo o movimento do aparelho: “A finalidade [*Ziel*] de um instinto é sempre satisfação, que só pode ser obtida eliminando-se o estado de estimulação na fonte do instinto.” (FREUD, 1915(2006), p. 128). Destacamos que, embora a finalidade última permaneça imutável, ou seja, visa sempre a satisfação, caminhos diversos poderão levar a este fim e é isso que caracteriza os diferentes modos do paciente arranjar-se na vida e de como levará a cabo este fim. Para isto a satisfação da pulsão requer um *Objekt*, o objeto, “(...) é a coisa em relação à qual ou através da qual o instinto é capaz de atingir sua finalidade. É o que há de mais variável num instinto e, originalmente, não está ligado a ele, só lhe sendo destinado por ser peculiarmente adequado a tornar possível a satisfação.” (FREUD, 1915(2006), p. 128). Constitui-se o meio pelo qual a pulsão se realiza.

É importante ressaltar as palavras de Freud de que originalmente não há ligação entre a pulsão e o objeto. Este é o ponto fundamental que distinguirá o sujeito (tal como Lacan o distingue, conforme veremos) que comparece enquanto efeito da ausência do objeto último que poderia satisfazer a pulsão. Se o animal obedece a uma necessidade, o sujeito é determinado pela pulsão que o ultrapassa e ultrapassa a ordem da necessidade. No campo do falante a pulsão vem presentificar uma outra ordem, uma vez que para nós não está

previamente definido o que poderá saciar a fome ou de que modo se constituirá o enlace sexual.

“Se Freud nos faz essa observação de que o objeto na pulsão não tem nenhuma importância, é provavelmente porque o seio deve ser revisado por inteiro quanto à sua função de objeto. A esse seio, na sua função de objeto, de objeto a causa do desejo, tal como eu trago sua noção - devemos dar uma função tal que pudéssemos dizer seu lugar na satisfação da pulsão. A melhor fórmula nos parece ser esta – que *a pulsão o contorna*.⁹” (LACAN, 1964 (2008), p. 166).

É em função da ausência do objeto, enquanto impossibilidade de reencontrar o prazer oriundo da satisfação que Lacan introduz a ideia da pulsão como borda. Não é o seio objetificado que poderá representar a noção de objeto que a psicanálise busca introduzir, mas sua falta. Em sua busca de satisfação a pulsão contorna a ausência do objeto que ressalta essa fronteira entre o mundo interno e externo, neste ponto de limite entre o eu e o outro. “Trata-se então, para nós, no *Drang* da pulsão, de algo que é, e que só é, conotável na relação à *Quelle*, na medida em que a *Quelle* inscreve na economia da pulsão essa estrutura de borda.” (LACAN, 1964(2008), p. 169). A pulsão, portanto, só ganha importância na relação à fonte somática, a *Quelle*, na medida em que essa fonte corporal inscreve-se como estrutura de borda e investimento do mundo externo. Ao introduzir esse passo fundamental Lacan aposta: “Faço vir por último a questão da fonte. Se quiséssemos fazer retornar a regulação vital na função da pulsão, a gente se diria certamente que aí que está a tendência.” (LACAN, 1964 (2008), p.

⁹ Grifo nosso.

166). Isto que parte do corpo ganha, portanto o caráter de tendência, aqui entendida como o que virá qualificar a propensão da pulsão. Esta é uma primeira ideia de um caminho traçado pela força, um circuito. Esta força não cessa de exigir por satisfação, relançando o aparelho psíquico o trabalho de repetir o circuito que aí se constitui.

A necessidade que a pulsão impõe é o que coloca o aparelho psíquico em movimento, seu caráter de exigência requer um trabalho que faz o sistema entrar em operação. A exigência interna por satisfação, e sua conseqüente falência, ocasionará o caráter insuportável que a pulsão impõe. Os destinos distintos que a pulsão sofrerá se referem a este desencontro.

Freud precisa fazer um ajuste entre o que observa clinicamente e o que pode formalizar em termos de conceitos. Na busca por delimitar o que ocorre ao componente pulsional neste desencontro com o objeto, Freud define quatro caminhos que a pulsão poderá tomar no aparelho psíquico, determinados pela posição adotada pelo sujeito por relação ao desamparo experimentado frente à impossibilidade de realizar integralmente a satisfação “A observação nos mostra que um instinto pode passar pelas seguintes vicissitudes: Reversão a seu oposto. Retorno em direção ao próprio eu (self) do indivíduo. Repressão. Sublimação.” (FREUD, 1915(2006), p. 132).

A pulsão sexual, no entanto, sempre irá satisfazer-se, mesmo que sua *Ziel*, por assim dizer, não se realize pelo ato sexual. Lacan irá retomar a questão da satisfação pelo aspecto da finalidade, afirmando que a pulsão sempre se realiza, mas que essa satisfação é paradoxal. O paciente, nisso que dirige a um analista enquanto queixa, está guiado pela realização da satisfação, sendo aí mesmo que a encontra:

“No conjunto e em primeira aproximação, diremos que isso ao que eles [os pacientes] satisfazem pelas vias do desprazer é, assim mesmo – e isto é

também comumente aceito – a lei do prazer. Digamos que por essa espécie de satisfação, eles se fazem sofrer demais. Até certo ponto é sofrer demais que é a única justificativa de nossa intervenção. Não se pode, portanto, dizer que o alvo não é atingido quanto à satisfação. Ele é atingido." (LACAN, 1964 (2008), p. 164).

Isto que o paciente traz como queixa denuncia o cerne do arranjo com o que está comprometido de modo a satisfazer certa arrumação, muito bem arranjada, capaz de produzir aquela satisfação específica, de que o sujeito ao mesmo tempo se contenta e padece. Lacan pontua: “Nós sabemos que as formas de arranjo que existem entre o que funciona bem e o que funciona mal constituem uma série contínua. O que temos diante de nós, em análise, é um sistema onde tudo se arranja, e que atinge seu tipo próprio de satisfação.” (LACAN, 1964 (2008), p. 164). De modo algum isso representa o que compreendemos comumente como felicidade, alegria ou realização, mas como sendo da ordem da satisfação pulsional. Que satisfação é esta? “Esta satisfação é paradoxal. Quando olhamos de perto para ela apercebemo-nos que entra em jogo algo de novo – a categoria do impossível.” (LACAN, 1964 (2008), p. 164).

O impossível é introduzido por esta tentativa frustrada de satisfação, mas ao mesmo tempo, é por esta via que o sujeito se constitui. A permanente inadequação do objeto que pudesse servir para aplacar a pulsão e a repetição envolvida na tentativa de restituí-lo é o que coloca o sujeito em movimento. Este ponto nodal é a origem da instância que buscamos introduzir, o inconsciente e sua relação paradoxal ao desejo, que se refere diretamente à incidência da pulsão no aparelho psíquico quando submetida ao processo de recalçamento, que discutiremos adiante.

2.2 A função da representação na ordem inconsciente.

Em sua tentativa de determinar o funcionamento inconsciente Freud avança em questões que já haviam aparecido na formulação inicial que ele havia podido fazer acerca do aparelho psíquico, mas que ainda não tinham recebido o aprofundamento que requeriam. No artigo “A repressão” (1915) a questão do recalque¹⁰ se coloca como um dos pontos fundamentais para a concepção de inconsciente que Freud retoma nos artigos chamados Metapsicológicos.

No livro *A interpretação dos sonhos* (1900) o problema era da ordem de instâncias que se opunham entre desejo e censura a este desejo. No artigo de 1915, Freud parte da ideia de que um dos destinos que a pulsão que circula no aparelho psíquico poderá sofrer é o processo de recalque que age visando torná-la inoperante – sem conseguir. A justificativa para o processo que aí opera é a de que o desprazer gerado pela realização desse impulso teria maior força do que o prazer associado a sua execução. “Ela causaria, por conseguinte, prazer num lugar e desprazer em outro. Em consequência disso, torna-se condição para repressão que a força motora do desprazer adquira mais vigor do que o prazer obtido da satisfação.” (FREUD, 1915(2006), p. 152). Para Freud neste ponto, portanto é ainda uma operação orientada pela díade prazer-desprazer que justifica o recalçamento.

Haveria tempos distintos para o recalque; um momento anterior em que se constituiriam os primeiros traços daquilo que será posteriormente rechaçado pela instância consciente: “Temos motivos suficientes para supor que existe uma repressão primeva, uma primeira fase de repressão, que consiste em negar entrada no consciente ao representante

¹⁰ Utilizaremos a palavra *Recalque* como tradução para *Verdrängung*. A tradução da Editora Imago, no entanto, fará uso da palavra *Repressão*.

psíquico (ideacional) do instinto.” (FREUD, 1915(2006), p. 153). O que Freud chama aqui de representante ideacional da pulsão é justamente a primeira inscrição de uma marca que determinará o recalçamento posterior, o recalque propriamente dito, que ocorre em um segundo momento:

“A segunda fase da repressão, a repressão propriamente dita, afeta os derivados mentais do representante reprimido, ou sucessões de pensamento que, originando-se em outra parte, tenham entrado em ligação associativa com ele. Por causa dessa associação, essas idéias sofrem o mesmo destino daquilo que foi primeiramente reprimido. Na realidade, portanto, a repressão propriamente dita é uma pressão posterior.” (FREUD, 1915(2006), p. 153).

As duas fases do processo de recalque buscam evitar que os estímulos pulsionais superem as resistências e cheguem à instância consciente. Haveria, pois, um investimento permanente do recalque, exigindo um dispêndio persistente de força, uma vez que a pressão advinda do inconsciente é ininterrupta: “Podemos supor que o reprimido exerce uma pressão contínua em direção ao consciente, de forma que essa pressão pode ser equilibrada por uma contrapressão incessante.” (FREUD, 1915(2006), p. 156). A concepção de que o recalque atua em operação permanente, de modo a evitar que a ideia que foi rechaçada torne-se consciente sugere-nos um equilíbrio que estrutura o aparelho psíquico.

O processo de recalque, por sua vez, promove uma divisão do ato psíquico entre o conteúdo ideacional e uma quota de energia psíquica; ambos terão destinos distintos no processo de recalque. “A partir desse ponto, ao descrevermos um caso de repressão, teremos de acompanhar separadamente aquilo que acontece à idéia como resultado da repressão e

aquilo que acontece à energia instintual vinculada a ela.” (FREUD, 1915(2006), p. 157). O recalque atua promovendo a separação entre o conteúdo representacional e a força inerente a um ato psíquico, de modo que sua expressão seja coibida. O modo como essa separação se dá definirá a influência do conteúdo no funcionamento do aparelho psíquico.

Fica estabelecida assim a distinção fundamental entre ideia e pulsão: “De fato, sou de opinião que a antítese entre consciente e inconsciente não se aplica aos instintos. Um instinto nunca pode tornar-se objeto da consciência – só a idéia que o representa pode.” (FREUD, 1915(2006), p. 182). Se Freud já havia determinado os destinos que a pulsão poderia tomar no aparelho psíquico, neste ponto trata-se das consequências para esta após o processo de recalque. A pulsão não sofrerá o mesmo destino que a censura impõe à representação: “Devido à repressão de seu representante adequado, é forçado a ligar-se a outra idéia, sendo então considerado pela consciência como manifestação dessa idéia. (...) Contudo, seu afeto nunca foi inconsciente; o que aconteceu foi que sua idéia sofreu repressão.” (FREUD, 1915(2006), p. 182). O que é propriamente recalcado é a ideia, mas o objetivo primordial do processo de recalque é a supressão da força relacionada a ela: “Sabemos, também, que suprimir o desenvolvimento do afeto constitui a verdadeira finalidade da repressão, e que seu trabalho ficará incompleto se essa finalidade não for alcançada.” (FREUD, 1915(2006), p. 183). O recalque visa promover o desinvestimento da força vinculada à ideia e, conseqüentemente, destituir o valor que a representação possui. O recalque poderá promover três distintos destinos a esta energia pulsional:

“Sabemos que três dessas vicissitudes são possíveis: ou o afeto permanece, no todo ou em parte, como é; ou é transformado numa quota de afeto qualitativamente diferente, sobretudo em ansiedade; ou é suprimido, isto é, impedido de se desenvolver. (...) Sabemos, também, que suprimir o

desenvolvimento do afeto constitui a verdadeira finalidade da repressão, e que seu trabalho ficará incompleto se essa finalidade não for alcançada.” (FREUD, 1915(2006), p. 182).

Freud define que esta ligação a um novo representante permite que a pulsão reinvestida em uma ideia que mantenha laços associativos à ideia rejeitada. “Essa idéia substitutiva um ‘substituto por deslocamento’– permite que o desenvolvimento, até então desinibido, da ansiedade seja racionalizado. Ela passa a desempenhar o papel de uma anticatexia para o sistema *Cs.* (*Pcs.*), protegendo-o contra uma emergência da idéia reprimida no *Cs.*” (FREUD, 1915(2006), p. 187).

Fica colocado que o ato de tornar-se consciente compreende a apresentação da *coisa* mais a apresentação da *palavra* que pertence a ela, do mesmo modo que a apresentação inconsciente é a apresentação da *coisa* apenas. “O sistema *Ics.* contém as catexias da coisa dos objetos, as primeiras e verdadeiras catexias objetais; o sistema *Pcs.* ocorre quando essa apresentação da coisa é hipercatexizada através da ligação com as apresentações da palavra que lhe correspondem.” (FREUD, 1915(2006), p. 206). Ao salientar a importância que assumem as hipercatexias, ou seja, o investimento que receberão as palavras que poderão vir tornar-se consciente, Freud coloca-nos novamente na trilha de uma força, um investimento que virá determinar o funcionamento psíquico.

A hipótese de Freud é de que o que vai determinar uma substituição que se ligue ao afeto livre não será a similaridade entre o conteúdo, ou o significado, que a representava e foi reprimido, mas a identidade da palavra: “O que dita a substituição não é a semelhança entre as coisas denotadas, mas a uniformidade das palavras empregadas para expressá-las.” (FREUD, 1915(2006), p. 205). São as formações substitutivas que promoverão a possibilidade de um

afeto manifestar-se na instância Cs., e, o mais importante, estas se ligam pela uniformidade da expressão. As consequências dessa afirmação nos colocam novamente na trilha do funcionamento inconsciente e nos fazem questionar o efeito do recalque na dinâmica do inconsciente em termos de uma articulação significativa.

Na passagem para o artigo “O inconsciente” (1915), Freud define que o que é propriamente recalado é algo da ordem de um representante da representação¹¹, o *Vorstellungsrepräsentanz*:

“Aprendemos com a psicanálise que a essência do processo de repressão não está em pôr fim, em destruir a *idéia que representa um instinto*¹², mas em evitar que se torne consciente. (...) Tudo que é reprimido deve permanecer inconsciente; mas, logo de início, declaremos que o reprimido não abrange tudo que é inconsciente. O alcance do inconsciente é mais amplo: o reprimido não é apenas uma parte do inconsciente.” (FREUD, 1915(2006), p. 171).

Há aí reconhecimento do inconsciente não como espaço psíquico distinto, mas como instância fundamental e em ação em todos os atos psíquicos. Freud descreve as operações inconscientes em termos dinâmico, topográfico e econômico. A nós interessa afirmar que o inconsciente não é algo que está para fora da consciência, pelo contrário, está em pleno funcionamento em toda a atividade do aparelho psíquico.

¹¹ Utilizaremos a expressão “*representante da representação*” (LACAN, 1964(2008) p. 212) como tradução para *Vorstellungsrepräsentanz*. A tradução da Editora Imago, no entanto, fará uso da expressão “*idéia que representa um instinto*”.

¹² Grifo nosso.

Esse funcionamento, Freud o estabelece a partir do processo de recalçamento, que organiza o que poderemos chamar de uma estrutura¹³ que vigorará para o falante. Freud estabelece que o que foi recalçado primariamente deve permanecer neste estado: “Na primeira fase, o ato psíquico é inconsciente e pertence ao sistema *Ics*; se, no teste, for rejeitado pela censura, não terá permissão para passar à segunda fase; diz-se então que foi ‘reprimido’, devendo permanecer inconsciente.” (FREUD, 1915(2006), p. 178). Essa afirmação determina de que modo o representante da representação assumirá os processos que operaram regulando e organizando a instância inconsciente, essencialmente, o representante recalçado primordialmente, que determinará as bases do funcionamento do aparelho psíquico.

Podendo contar com o recurso da formalização que a Linguística promoveu, Lacan associa este representante primordial ao conceito de “significante”, partindo, mas não se atendo inteiramente, às formulações de Ferdinand de Saussure que introduzem a noção de arbitrariedade do signo. Isto é, o fato de que não há uma relação natural unindo um significante a um significado.

Para Saussure – de acordo com as lições compiladas no *Curso de Linguística Geral* (1916 [1970]) – essa união é convencionalizada e não poderá ser modificada por um ato deliberado do falante, uma vez que este está submetido à língua que fala. E justamente, a noção de que essa relação é arbitrária permite que interroguemos o que promove essa junção e também que problematizemos as circunstâncias para sua disjunção. A contestação de que haveria uma relação forçosa entre significante e significado foi um ponto determinante para que Lacan pudesse inverter o algoritmo de Saussure, que poderia ser concebido em termos de significado/significante, para definir a prevalência do significante sobre o significado.

¹³ A noção de estrutura é fundamental para a psicanálise, desde que Lacan a introduziu modificando o termo advindo principalmente da antropologia de Claude Lévi-Strauss. Não poderemos abordar o tema em profundidade nesta pesquisa, mas fica indicada aqui, pela presença do termo, a importância e a extensão da incidência do *Vorstellungsrepräsentanz* para o falante.

“O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreite) psíquica deste som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegarmos a chama-la ‘material’, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito geralmente mais abstrato.” (SAUSSURE, 1970(2006), p. 80).

Lacan conceberá o inconsciente estruturado por estes significantes. É pelo suporte da linguagem que o que foi dito sobre o sujeito, ou seja, o que precede no campo do Outro¹⁴, será determinante para a sua constituição. Podemos distinguir aqui o modo como a psicanálise toma o sujeito, como sujeito por vir; não é fruto de uma natureza, mas consequência disso que o antecede e o determina e que o relaciona diretamente ao campo do Outro. “O inconsciente, são os efeitos da fala sobre o sujeito, é a dimensão em que o sujeito se determina no desenvolvimento dos efeitos da fala, em consequência do que, o inconsciente, é estruturado como uma linguagem.” (LACAN, 1964(2008), p.142).

As consequências dessa evidência só podem ser colhidas pela psicanálise na medida em que toma o sujeito, não como emissor de um discurso consciente e racional, mas como efeito deste discurso.

¹⁴ O conceito de Outro não poderá ser devidamente elaborado neste ponto, mas retomaremos ao aprofundar a questão da pulsão no inconsciente. Neste momento indicaremos apenas que é do campo do Outro como tesouro dos significantes, campo primordial da linguagem em seu funcionamento, que o sujeito poderá advir.

“Se o sujeito é o que lhes ensino, a saber, o sujeito determinado pela linguagem e pela fala, isto quer dizer que o sujeito, *in initio*, começa no lugar do Outro, no que é lá que surge o primeiro significante. Ora, o que é um significante? Eu o matraqueio há muito tempo para vocês, para não ter que articulá-lo aqui de novo, um significante é aquilo que representa um sujeito, para quem? – não para um outro sujeito, mas para um outro significante. [...] O sujeito nasce no que, no campo do Outro, surge o significante. Mas por esse fato mesmo, isto – que antes não era nada senão sujeito por vir – se coagula em significante.” (LACAN, 1964(2008), p.187).

O sujeito está, deste modo, enredado por isto que o constitui submetendo-o à determinação significante. Mas o significante por sua vez, como “aquilo que representa um sujeito para outro significante”, denota a condição determinada pelo funcionamento da linguagem. Na medida em que nenhum significante possui um significado em si, remete somente a outro significante, - os significantes em cadeia, articulados entre si, desprendidos de representações substanciais. A articulação significante não se dá pelo sentido e, ao mesmo tempo, não se substancializa pelo significante remetido. O significante se constitui apenas enquanto materialidade esvaziada, propícia a significações distintas.

Comprendemos que é este funcionamento que Freud introduziu pelo conceito de *Vorstellungsrepräsentanz* - o significante propriamente recalcado e que serve como referência a tudo que posteriormente passará pelo processo de recalçamento. O *Vorstellungsrepräsentanz*, o representante original, funda a estrutura à qual os demais representantes estarão submetidos.

O sujeito, portanto, que advém do significante, não se constitui em permanência. Sua realização está apenas não somente ao que é posto pela articulação significante, como

igualmente, ao acontecimento contingente de um sujeito advir como efeito decerto, mas ativamente tomando lugar no que a fala produziu. Podemos, no entanto, notar desde já que quando uma fala se atualiza, dirigida ao analista, é toda essa operação que se põe em movimento constituindo a condição para uma realização pontual da dimensão do sujeito na linguagem.

2.3 A articulação significante e a ordem do desejo

Podemos dizer que Freud, nos textos que abordamos buscou trabalhar com a tentativa de correlacionar representações e forças, edificando o problema que Lacan pôde abordar pela estrutura do significante. Os mecanismos em operação nos processos inconscientes operam tal como a linguagem, por isso mesmo na fala do sujeito fica evidente o funcionamento inconsciente.

“Que o exercício do significante evoca, por si mesmo, tudo que é da ordem do inconsciente, isso é suficientemente apontado ao olhar de Freud pelo fato de que as estruturas que o chiste revela, sua constituição, sua cristalização, seu funcionamento, não são outras senão aquelas que ele descobriu em suas primeiras apreensões do inconsciente, no nível dos sonhos, dos atos falhos - ou bem-sucedidos, como vocês quiserem entender - no nível até mesmo dos sintomas, e as quais procuramos dar uma formulação mais rigorosa, nas rubricas da metáfora e da metonímia.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 89)

Lacan retoma o trabalho de Freud com o chiste para definir a função do significante na determinação do inconsciente. Ao abordar “O chiste e sua relação com o inconsciente” (FREUD, 1905/2006), Lacan destaca o caráter prazeroso oriundo da tirada espirituosa que manterá relação, originalmente, com a dimensão significante enquanto estrutural. Freud atribui o prazer do chiste à possibilidade de remeter a um ponto mais primitivo, fazendo referência a um período infantil em que a aquisição da linguagem se confunde em uma brincadeira com as palavras. Lacan salienta o ponto em que para Freud há sempre duas etapas, e que deveríamos buscar a etapa antecedente a esta:

“Freud nos diz que aí esta a origem do prazer, mas ele também nos mostra as vias por onde passa esse prazer – são vias antigas na medida em que ainda continuam ali, em potência, virtuais, existentes, ainda sustentando alguma coisa. (...). Passar por esses caminhos faz o chiste entrar prontamente – e é nisso que intervém toda a análise anterior de Freud sobre seu fundamento e seus mecanismos - nas vias estruturantes que são as mesmas do inconsciente.” (LACAN, 1957-1958(1999), p. 89).

As vias estruturantes tem relação com a ordem significante e o chiste atualiza o que ocorre neste funcionamento, com o lapso do sentido. “Trocando em miúdos, encontramos aí o caráter primitivo do significante em relação ao sentido, a polivalência essencial e a função criadora que ele tem em relação a este último, o toque de arbitrariedade que ele traz para o sentido.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 89). É o caráter de prazer relacionado ao chiste que poderá nos dar alguma luz acerca da expressão da instância inconsciente presente na fala. Para isso, é preciso retomar a ideia exposta por Freud no “Projeto para uma psicologia científica.” (1895) em que atribui o grito como uma descarga motora decorrente do acúmulo de energia

somática. Este grito poderia invocar um outro que exercesse a função de alterar algo no mundo externo de modo a aplacar a pressão imposta pelo mundo interno do infante, sendo esta “a fonte primordial de todos os motivos morais.” (FREUD, 1895[1950](2006), p.370). Lacan retoma este aspecto afirmando que há no ato da fala uma demanda dirigida a um Outro: “Que é a demanda? É aquilo que, a partir de uma necessidade, passa por meio do significante dirigido ao Outro.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 91).

Tal como vimos, a pulsão se caracteriza inicialmente como um imperativo e exige a busca de meios para a sua satisfação, porém, o circuito percorrido para que essa satisfação ocorra exige a inscrição na ordem significante: “O sistema das necessidades entra na dimensão da linguagem para ali ser remodelado, mas também para se despejar no complexo significante ao infinito, e é isso que faz com que a demanda seja, essencialmente, algo que se coloca por natureza como podendo ser exorbitante.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 91).

Lacan esboça com o Grafo do Desejo o esquema que demonstra o efeito da palavra para a necessidade e sua relação com a demanda. A necessidade partiria do primeiro delta, no movimento “1” e refere-se ao que parte do sujeito, com o que se traça a linha de sua necessidade, abaixo exposto:

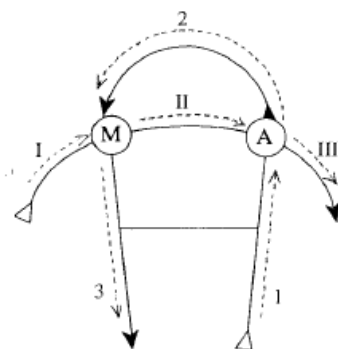


Figura 1 - Grafo do Desejo

A necessidade em A, onde cruza “a curva do que isolamos como o discurso, que é feito da mobilização de um material preexistente.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 94), ou seja, o significante, assume o caráter de demanda. Essa demanda não existe antes, a condição imposta pelo falante garante que não há um campo das necessidades previamente estabelecido, mas que é ao cruzar o eixo da palavra que poderá existir enquanto tal. Lacan supõe dois planos: um representa a intenção quando se dirige um chamado a outrem; e o outro o plano do significante, que é mobilizado nesse chamado. “O significante progride ao mesmo tempo que a intenção, até que os dois atingem estes cruzamentos, A e M, cuja utilidade já lhes assinalei para a compreensão do efeito retroativo da frase que se fecha.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 94). Antes que possa ter cruzado o plano significante, não há nada.

Lacan define, dessa maneira, como a função significante se inscreve pelo próprio ato da fala: “Não inventei a linha do discurso, na qual o estoque do significante, reduzidíssimo nesse momento, é posto em ação, na medida em que o sujeito articula, correlativamente, alguma coisa.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 94). Inscrita como demanda dirigida ao Outro, uma vez que toda a demanda dirige-se ao Outro, é aí que poderá encontrar um significante que o represente, sem poder fazê-lo totalmente. A partir da introdução da ordem significante não há nada que possa satisfazer esta necessidade. “Mediante o concurso do significante, introduz-se nesta um mínimo de transformação - de metáfora, numa palavra - que faz com que aquilo que é significado seja algo para além da necessidade bruta, que seja remodelado pelo uso do significante.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 95).

Esse movimento, no esquema, de 1 até 3 e de I até III, representam a progressão simultânea da intenção da mensagem e do percurso significante que ela percorre para se fazer representar:

“O que começou como necessidade irá chamar-se demanda, ao passo que o significante se fechará sobre aquilo que consuma, de maneira tão aproximativa quanto quiserem, o sentido da demanda, e que constitui a mensagem evocada pelo Outro (...). A instituição do Outro coexiste assim com a consumação da mensagem. Ambos se determinam ao mesmo tempo, um como mensagem, o outro como Outro.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 94).

A partir da inscrição significante que constitui a demanda dirigida ao Outro, ou seja, ao cruzar o eixo significante em A, se funda a demanda e o Outro, como sede significante de onde poderiam surgir os significantes que poderão responder ou representar esta demanda. O esquema demonstra em que medida que, ao mesmo tempo, origina-se a mensagem e o Outro, uma transposição do significado (que seria a necessidade), pelo uso do significante como tal, e, por outro lado, prolonga o exercício do significante num prazer autêntico. “Quão disfarçada é essa novidade, que aparece não simplesmente na resposta à demanda, mas na própria demanda verbal, esse algo original que complexifica e transforma a necessidade, que a coloca no plano do que a partir daí chamaremos de desejo!” (LACAN, 1957-58(1999), p. 96). É, no entanto, no retorno da cadeia que a mensagem será consumada, em M e ganha valor em relação à “estruturação da demanda que tentamos colocar na base do exercício primordial do significante na expressão do desejo.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 95).

O que Lacan reitera a partir daqui é que a possibilidade de colocar a necessidade em palavras, a entrada do verbal não introduz apenas a ordem da demanda, tal como demonstramos, mas, principalmente, enquanto defasagem a isso que não se completa na satisfação da demanda, pode advir o desejo.

“O que é o desejo? O desejo é definido por uma defasagem essencial em relação a tudo o que é, pura e simplesmente, da ordem da direção imaginária da necessidade - necessidade que a demanda introduz numa ordem outra, a ordem simbólica, com tudo o que ela pode introduzir aqui de perturbações.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 96).

A introdução significante faz comparecer isto que é da ordem do não realizado, de defasagem e de perda, mas condição para que o que é propriamente da ordem deste desejo enquanto falta compareça: “Essa dimensão é o que o desejo traz consigo de uma condição de surgimento que lhe é própria como desejo.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 97). Ao mesmo tempo, Lacan afirma que o desejo que se verifica nesta diferença entre a demanda e o que dela se realiza, esta defasagem, também demonstra o traço de permanência do desejo:

“São desejos que não se desgastam, que não tem o caráter de impermanência próprio a toda insatisfação, mas que, ao contrário, são sustentados pela estrutura simbólica, que os mantém num certo nível de circulação do significante, aquele que lhes apontei como devendo ser situado, nesse esquema, no circuito entre a mensagem e o Outro, onde ele ocupa uma função variável conforme as incidências em que se produz.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 97).

Os desejos não se desgastam e reincidem pela estrutura simbólica remetendo a isto que o sujeito busca incessantemente, mas que só pode ser reconhecido depois, nesta condição de não reencontro. Este funcionamento engendra o próprio funcionamento significante e remete à ação da metáfora enquanto formalização do funcionamento inconsciente:

“Que o exercício do significante evoca, por si mesmo, tudo que e da ordem do inconsciente, isso é suficientemente apontado ao olhar de Freud pelo fato de que as estruturas que o chiste revela, sua constituição, sua cristalização, seu funcionamento, não são outras senão aquelas que ele descobriu em suas primeiras apreensões do inconsciente, no nível dos sonhos, dos atos falhos - ou bem-sucedidos, como vocês quiserem entender - no nível até mesmo dos sintomas, e as quais procuramos dar uma formulação mais rigorosa, nas rubricas da metáfora e da metonímia.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 89)

Lacan refere-se à metáfora enquanto esta substituição significativa, o advento de uma palavra no lugar de outra, e que a psicanálise não toma como um erro, mas como algo que se expressa para além do que era conhecido e surpreende. Os novos sentidos que podem daí advir, a capacidade criadora que essa ordem introduz não pode ser recolhida em nenhum outro modo de tratamento a não ser quando se leva em conta o sujeito do inconsciente. A metáfora nasce no entre, na hiância que se abre entre significantes.

“E na relação de substituição que reside o recurso criador, a força criadora, a força de engendramento, caberia dizer, da metáfora. A metáfora é uma função absolutamente genérica. Eu diria até que é pela possibilidade de substituição que se concebe o engendramento, pois assim dizer, do mundo do sentido.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 35).

O sentido que daí advém não poderia existir antes e é dependente do efeito que o significante promove. O sentido que sobrevém não poderia produzir-se senão a partir da falta de sentido, o *nonsense*, citado por Lacan. A falta de sentido presentifica a falta que o significante produz, o vazio que o significante implanta. A substituição que aí se impõe não é entre significados, mas da relação significante: “Em outras palavras, e na relação de um significante com um significante que vem gerar-se uma certa relação significante sobre significado. A distinção entre os dois é essencial.” (LACAN, 1957-58(1999), p. 37). É da relação de significante a significante, que Lacan chama “homonímica”, entre uma palavra que aparece em substituição a outra e que vai se exercer a ação de significação do sentido que já existia enquanto metáfora. Isso exemplifica o que acontece no nível da metáfora.

“A via metafórica preside não apenas a criação e a evolução da língua, mas também a criação e a evolução do sentido como tal, quero dizer, do sentido na medida em que algo não apenas é percebido, mas no qual o sujeito se inclui, ou seja, na medida em que o sentido enriquece nossa vida.” (LACAN, 1957-58/1999, p. 37).

A fala é tentativa de produção de sentido, porém, a cada vez que a palavra é emitida se atualiza o vazio próprio ao significante. Na tentativa de comunicação que rege a vida dentro do laço social este ponto é ignorado pela própria constituição estrutural. Isto que se produz a partir da fala, requer uma distinção entre sujeito, eu e Outro. Em seu segundo Seminário, Lacan estabelece um esquema que pode nos ajudar a situar as relações entre o sujeito, o eu e o Outro, a que se endereça a demanda.

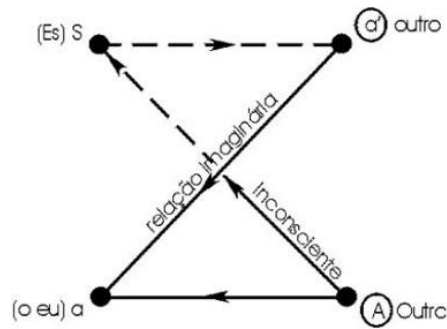


Figura 2 - O Esquema L.

No esquema, a letra S representa o sujeito analítico, diferente do eu. É justamente quando algo da estrutura imaginária do eu se desloca que o sujeito pode aparecer, enquanto ruptura:

“É o sujeito, não em sua totalidade, porém em sua abertura. Como de costume, ele não sabe o que diz. Se ele soubesse o que diz não estaria aí. Ele estaria ali, embaixo, à direita. Claro que não é aí que ele se vê - isto, nunca ocorre – nem mesmo no fim da análise. Ele se vê em a, e é por isso que ele tem um eu.” (LACAN, 1954-55(1985), p.307).

O eu apresenta-se enquanto essa construção imaginária que, seguindo a exposição de Freud, encontra sua origem nas experiências mais ancestrais da constituição. A análise nos dá notícias de que “o eu é uma forma absolutamente fundamental para a constituição dos objetos. Em particular, é sob a forma do outro especular que ele vê aquele que, por razões que são estruturais, chamamos de seu semelhante.” (LACAN, 1954-55(1985), p.307). O eu, enquanto essa construção imaginária, define os objetos externos com os quais estabelecerá a relação de

identificação, é justamente essa relação do sujeito com o objeto que vai presidir a palavra que se endereça em uma análise.

“Quando o sujeito fala com seus semelhantes, fala na linguagem comum, que considera os eus imaginários como coisas não unicamente ex-sistentes, porém reais. Por não poder saber o que se acha no campo em que o diálogo concreto se dá, ele lida com um certo número de personagens, a', a". Na medida em que o sujeito os põe em relação com sua própria imagem, aqueles com quem fala são também aqueles com quem sem se identifica.” (LACAN, 1954-55(1985), p.307).

A fala assim endereçada, advinda desta noção de inconsciente que tentamos trilhar até aqui, é a própria expressão do sujeito que chega a uma análise. Ele chega endereçando-se ao eu imaginário, mas encontra-se com um analista, em uma posição distinta – capaz de fazer valer o que a fala constitui da dimensão do sujeito. É a partir desta perspectiva que podemos questionar o que é que ocorre em uma análise no que diz respeito à fala que se dirige a um analista – e, de que modo isso pode permitir que o sujeito se encontre com o próprio desejo.

3 CAPÍTULO 3 – A PALAVRA ENDEREÇADA AO ANALISTA.

Lacan retoma a questão deixada por Freud com uma pergunta feita nas páginas iniciais do *O Seminário - Livro I: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)*: “*o que fazemos quando fazemos análise?*” (LACAN, 1953-54(1979), p. 19). Essa talvez seja a pergunta que sobrevém àqueles que se deparam com a clínica analítica em suas consequências. A cada paciente que se toma em análise, assim como em nossa própria análise, insiste a questão sobre o que ocorre em um processo analítico. A psicanálise não pode ofertar propriamente a cura. Se a psicologia propõe técnicas que atacam um sintoma fóbico, depressão e até esquizofrenia, o analista por sua vez, tomará cada paciente como singular em sua queixa.

Freud aposta que a fala endereçada a um analista promovia o efeito de apaziguamento dos sintomas na histeria, com isso incluiu a relação entre palavra e sintoma e, essencialmente, o valor da oferta de um espaço de endereçamento da fala. Após termos passado pela formalização do conceito de inconsciente e do que representa a palavra, resta-nos como questão, de que modo isso se presentifica em uma análise. Precisaremos elaborar o tema da transferência e, por conseguinte da resistência, para buscar o que ocorre no processo analítico. Esta perspectiva permite verificarmos a função da palavra quando ganha o status de endereçamento. Buscaremos abordar em que medida o endereçamento se entrelaça à noção de demanda e se articula à essência de um processo analítico.

A possibilidade de circulação da palavra tem efeitos, investigaremos de que modo o valor da palavra em análise reintroduz a psicanálise ao campo de uma ética e a função do analista em sua oferta de escuta. A relação entre ética e desejo no que tange à função do analista se mostra essencial para que possamos chegar ao ponto que determina nossa questão: o advento do sujeito do desejo na palavra endereçada ao analista.

3.1 O endereçamento na análise: a transferência como resistência.

Nos artigos “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar” (1893) e a “Psicoterapia da histeria” (1895), Freud começa a tatear a questão do inconsciente. Freud aposta que isto que é endereçado à figura do médico opera sob os fenômenos com os quais se depara. Nestas primeiras investidas busca descrever a correlação que percebe entre fala e sintoma. Os estudos que empreende acerca das histéricas são o marco inicial de uma prática. A causa precipitante do sintoma histérico não seria esclarecida pela simples interrogação ao paciente, uma vez que ele seria incapaz de recordá-la e não guardaria uma relação causal entre o evento desencadeador e o fenômeno patológico. Faz-se necessário fazer falar:

“Na grande maioria dos casos não é possível estabelecer o ponto de origem através da simples interrogação do paciente, por mais minuciosamente que seja levada a efeito. Isso se verifica, em parte, porque o que está em questão é, muitas vezes, alguma experiência que o paciente não gosta de discutir; mas ocorre principalmente porque ele é de fato incapaz de recordá-la e, muitas vezes, não tem nenhuma suspeita da conexão causal entre o evento desencadeador e o fenômeno patológico.” (FREUD, 1893(2006), p.39).

Freud aponta para uma relação entre o ato da fala e a presença do analista ao propor que o que está por trás dos sintomas histéricos seria um trauma, um ponto de origem definido que, não estando acessível imediatamente ao doente, necessitaria de um método que permitisse vir à tona. As lembranças evocadas durante a fala seriam traumas que não foram

ab-reagidos. O trauma faria uma marca do que não fora devidamente processado pelo aparelho psíquico.

“A desproporção entre os muitos anos de duração do sintoma histórico e a ocorrência isolada que o provocou é o que estamos invariavelmente habituados a encontrar nas neuroses traumáticas. Com grande frequência, é algum fato da infância que estabelece um sintoma mais ou menos grave, que persiste durante os anos subsequentes.” (FREUD, 1893(2006), p. 40).

A importância do fato, no entanto, só ganhará consequência a partir da posição do paciente frente ao que ele pode dizer acerca do ocorrido frente a outro. Mesmo definindo que há fatos desencadeadores de um trauma, é a relação entre a fala e os sintomas que entra em questão quando Freud valoriza o fazer falar, investindo no método em que o paciente possa associar livremente: “Qualquer experiência que possa evocar afetos aflitivos – tais como os de susto, angústia, vergonha ou dor física – pode atuar como um trauma dessa natureza.” (FREUD, 1893(2006), p.41). Freud nomeia este afeto aflitivo desencadeador dos sintomas como corpo estranho, isto mesmo que viria a ser evocado no tratamento.

“É que verificamos, a princípio com grande surpresa, que cada sintoma histórico individual desaparecia, de forma imediata e permanente, quando conseguíamos trazer à luz com clareza a lembrança do fato que o havia provocado e despertar o afeto que o acompanhara, e quando o paciente havia descrito esse fato com o maior número de detalhes possível e traduzido o afeto em palavras.” (FREUD, 1893(2006), p.42).

São lançadas duas hipóteses para reação exacerbada ao evento: ou a natureza do trauma não comportaria uma reação por ser devastadora em si, ou pelo efeito de um recalque intencional, quando se inibe um conteúdo representativo por seu caráter insuportável. Ambos os eventos teriam como resultado, tal como Freud afirma, uma “divisão expulsiva de grupos de representações” (FREUD, 1893(2006), p.48). A proporção que o evento poderá tomar depende tanto da violência do trauma quanto da resposta que a paciente pode dar ao ocorrido. Essa posição não estabelece antecipadamente o que ocasiona um sintoma, mas abre espaço para questionar o que é propriamente a parte do doente na resposta ao que lhe acomete.

O que é evocado são lembranças *hiperestésicas*, os núcleos patogênicos da representação, que mantém relação com resíduos da consciência e disparariam os processos somáticos presenciados nos ataques histéricos. A posição de Freud, de tomar os ataques que testemunhava como uma locução, uma expressão, permite questionar: o que é que opera no sintoma e que se presentifica pela palavra? Sem poder responder, Freud ainda faz uma observação fundamental sobre o caráter esvaziado de sentido do sintoma: “Não se pode afastar a possibilidade de que, nessa situação, o ataque tenha sido despojado de seu significado original e esteja recorrendo como uma reação motora sem qualquer conteúdo.” (FREUD, 1893(2006), p.52).

Ainda que Freud suponha a ocorrência de um fato original que viria promover o desencadeamento da patologia é sobre a efetiva ação de uma verdade na experiência psíquica do paciente e a compreensão de que a ação da fala poderá precipitar algo da ordem dessa verdade que a aposta de Freud se baseia. Essa concepção permite lançar luz à hipótese de que em um tratamento analítico o discurso é o que produz algo da ordem da verdade. Neste trabalho apenas tangenciaremos o tema da verdade em psicanálise, uma vez que abordamos o

tema pelo viés do que representa o discurso em análise. Freud reafirma o valor dado à palavra ao dirigir-se a um analista:

“Mas a linguagem serve de substituta para a ação; com sua ajuda, um afeto pode ser ab-reagido quase com a mesma eficácia. Em outros casos o próprio falar é o reflexo adequado: quando por exemplo, essa fala corresponde a um lamento ou é a enunciação de um segredo torturante, por exemplo, uma confissão. Quando não há uma reação desse tipo, seja em ações ou palavras, ou, nos casos mais benignos, por meio de lágrimas, qualquer lembrança do fato preserva sua tonalidade afetiva do início.” (FREUD, 1893(2006), p.44).

Observamos a insistência de Freud em relacionar a patologia a um dizer, ou mais precisamente, a uma impossibilidade que se diga tudo. Fica evidente, no entanto, que quem precisa dizê-lo é o paciente em uma história que será construída frente a um analista. Essa posição nos transmite a ideia de que a verdade não é parte do que é conhecido, é justamente o ponto obscuro ao que é manifesto. É essa a posição que distingue fundamentalmente a psicanálise de outros modos de tratamento. O que se produz em uma análise não poderá ser tomado como equívoco ou absurdo, mas como expressão de algo que só se coloca nessa relação.

Em nossa prática clínica observamos isto que Freud aponta, a oferta de um lugar de escuta pode promover a construção de algo que não existia previamente. Foi o que pudemos constatar em nossa experiência de trabalho no CAPSi. O tratamento dos pacientes inclui que, por vezes, acompanhemos também os seus familiares. No primeiro atendimento com o pai de um menino, cujo primeiro nome é igual ao do filho, ele questionou sobre o que falar. Como

era a primeira vez que estávamos recebendo esta família, a resposta foi que ele falasse sobre o paciente, pronunciando o nome do menino. Ele então começou a contar sobre si próprio: o primeiro casamento, quando ele era muito jovem, com uma mulher mais velha que o traiu e o casamento sua esposa, mãe do paciente. Conta que ela cuida dele, do marido, como a um filho e até serve seu prato de comida. Fala de sua traição e que percebeu que a amava depois disso. Durante todo o tempo deste primeiro atendimento ele só fala de si próprio; o mesmo ocorreu nos atendimentos posteriores a este. Contou sobre o pai, que mantinha duas esposas na mesma casa e assassinou um homem na frente dos filhos, sobre a extrema pobreza da família na sua infância e a dificuldade para manter a sua própria casa atualmente. Expressa seu medo de ser “maluco” (sic), já que um avô e um primo são esquizofrênicos. Surpreendia-se sempre ao final de cada atendimento dizendo: “eu não sei por que estou contando isso, eu nem lembrava mais disso.” (sic).

O sujeito admite a surpresa de não saber por que exatamente estas histórias são contadas. Histórias que se fizeram presentes desde o primeiro momento em que dissemos que ele deveria falar sobre o seu próprio nome (ainda que a intenção fosse que ele falasse do filho). O filho, um menino de quatro anos com características autísticas e um quadro de extrema agitação, não aparecia no discurso do pai nestes atendimentos. O menino passa a demonstrar que os efeitos destes atendimentos que mantínhamos para o pai e para ele próprio promovem uma diferença importante na sua relação com as pessoas. A mãe conta que a interação do menino havia mudado significativamente e que ele passou a dirigir o olhar às pessoas. Ela conta que ele olhou para o irmão de quatro meses pela primeira vez depois dos primeiros atendimentos, entre outras atitudes que eram impensadas antes. Percebemos claramente a diminuição da agitação do garoto e o aumento da tentativa de construir brincadeiras na presença de outras crianças. Quando atendido pelo médico o pai era capaz de descrever minuciosamente as atividades do filho, ainda que enfatizando o quanto ele estava

aquém de sua expectativa. Disto entendemos que era apenas naquele local em que lhe era reservado um espaço vazio de questionamentos que ele podia falar do lhe viesse à cabeça, tal como Freud incitava suas pacientes. O que se destaca aqui é que o pai fez uso da homonímia entre ele e o filho para tratar das questões que lhe eram pertinentes. O ato de acolher esse engano como verdade, reinaugura uma nova possibilidade para ambos, pai e filho. Foi necessário tomar o engano como manifestação de uma verdade que desvela o sujeito e comparece como surpresa ao contar sobre si coisas que não esperava. Evidência de que não se trata de um erro, mas de algo que só pode ocorrer enquanto endereçado a outro.

O caráter de surpresa ao falar isto que não era esperado nos faz questionar o que opera neste funcionamento. É o analista que pode servir de testemunha ao que é evocado pelo discurso. O paciente encontra-se com esse problema: um saber que, ainda que não conhecido, opera. Como trabalhar com esse enigma, o desconhecido que se apresenta a cada palavra dita? Freud demonstra pelos relatos clínicos que há algo que não encaixa e que não poderá se encaixar no modo de funcionamento de seus pacientes. Este enigma convoca Freud à tarefa de prosseguir, não como articulador de uma evidência, uma vez que o inconsciente não pode ser confirmado, mas em direção a uma *práxis* que recolhe e dá lugar ao inconsciente.

Nos artigos “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar” (1893) e a “Psicoterapia da histeria” (1895), essencialmente na descrição dos casos clínicos, Freud (juntamente com Breuer, que assina o texto e relata o caso de Anna O.) situa a importância de sua presença para os efeitos que o método viria a promover. A descrição que Breuer faz do caso de Anna O., evidencia que algo da presença do médico é que podia agenciar a “limpeza de chaminé”, os efeitos apaziguadores dos sintomas:

“Visitava-a à tardinha, quando sabia que a encontraria em hipnose, e então a aliviava de toda a carga de produtos imaginativos que ela havia acumulado desde minha última visita. (...) Ela descrevia de modo apropriado esse método, falando a sério, como uma ‘*talking cure*’, ao mesmo tempo em que se referia a ele, em tom de brincadeira, como *chimney-sweeping*. (...) Mas ela jamais começava a falar antes de haver confirmado plenamente minha identidade, apalpando-me as mãos com cuidado.” (FREUD, 1893[1888-1893](2006), p. 65-66).

Ao mesmo tempo, este é um dos casos mais emblemáticos da dificuldade que o endereçamento da palavra a um analista pode promover. Circunscrever a relação entre, aquilo que Lacan (1964) chamou de a presença do analista, e a noção de endereçamento da palavra nos encaminha ao tema da transferência. O tema é tratado por Freud no condensado intitulado “Artigos sobre a técnica”, (1911-1915) no artigo “A dinâmica da transferência” (1912). Ele afirma que o médico poderá vir a ocupar o lugar de destinatário do arranjo que o sujeito arrumou para conduzir-se na vida. O analista obedece à série amorosa constituída pelos investimentos libidinais.

“As peculiaridades da transferência para o médico [analista], graças às quais ela excede, em quantidade e natureza, tudo que se possa justificar em fundamentos sensatos ou racionais, tornam-se inteligíveis se tivermos em mente que essa transferência foi precisamente estabelecida não apenas pelas idéias antecipadas conscientes, mas também por aquelas que foram retidas ou que são inconscientes.” (FREUD, 1912(2006), p.112).

Aposta que a força pulsional envolvida no investimento do aparelho psíquico participa na atualização de um conflito dirigido agora ao médico. Freud questiona, porém, por que razão: “(...) na análise, a transferência surge como a resistência mais poderosa ao tratamento, enquanto que, fora dela, deve ser encarada como veículo de cura e condição de sucesso.” (FREUD, 1912(2006), p.112). A afirmação de que a transferência surge como a resistência mais poderosa nos coloca o problema de que quando a transferência se estabelece, aí mesmo, o trabalho ganha seu caráter de dificuldade. A transferência, ao mesmo tempo em que constitui a condição para o trabalho é o ponto de seu impasse. Freud propõe uma análise das resistências para situar a função da transferência:

“A resistência acompanha o tratamento passo a passo. Cada associação isolada, cada ato da pessoa em tratamento tem de levar em conta a resistência e representa uma conciliação entre as forças que estão lutando no sentido do restabelecimento e as que se lhe opõem, já descritas por mim.” (FREUD, 1912(2006), p.114-115).

Nos artigos “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar” (1893) e a “Psicoterapia da histeria” (1895), tal como vimos, Freud supôs que as lembranças evocadas durante a análise, chamadas *hiperestésicas*, constituíam o núcleo patogênico da representação e mantinham relação com os ataques histéricos evidenciados. Lembranças que não podiam ser acessadas, pois quanto mais próximo se chegasse de seu conteúdo, mais intensa seria a fuga do paciente. No artigo de 1912, acerca da transferência, Freud recoloca o problema relacionado ao *complexo patogênico*. No trabalho de análise, tão logo se ingresse numa região referente ao núcleo patogênico a associação seguinte necessitará conciliar as exigências da resistência ao trabalho de investigação em curso.

“É neste ponto, segundo prova nossa experiência, que a transferência entra em cena. Quando algo no material complexo (no tema geral do complexo) serve para ser transferido para a figura do médico, essa transferência é realizada; ela produz a associação seguinte e se anuncia por sinais de resistências – por uma interrupção, por exemplo. Inferimos desta experiência que a idéia transferencial penetrou na consciência à frente de quaisquer outras associações possíveis, porque ela satisfaz a resistência.” (FREUD, 1912(2006), p.113).

A transferência só se produz na medida em que satisfaz a resistência; o analista ocupa pela transferência o lugar de uma associação que não pode ser evocada por conta da resistência. Desta operação, Lacan salienta que o mais significativo é o ela agencia:

“Vemos, num certo ponto dessa resistência, produzir-se o que Freud chama a transferência, quer dizer, aqui, a atualização da pessoa do analista. Extraindo-a da minha experiência, eu lhes disse há pouco que no ponto mais sensível, parece-me, e mais significativo do fenômeno, o sujeito a sente como a brusca percepção de algo que não é tão fácil de definir, a presença.” (LACAN, 1953-54 (1979) p.54).

O que é esta presença? Lacan a introduz relacionada à resistência. Pela via da transferência, esse material que não poderia ser acessado antes, será dirigido à figura do

analista. Lacan, por já contar com o recurso da linguagem, relaciona a resistência ao discurso: “Essa resistência emana do processo mesmo do discurso, da sua aproximação, se é que posso dizer isso.” (LACAN, 1953-54 (1979) p.52). Desde que Freud delimitou os núcleos patogênicos gerados pelos traumas que não foram suficientemente ab-reagidos, a influência da resistência é este ponto que faz repelir, escapar e, por isso mesmo, guia o discurso. Esta afirmação coloca o problema do nosso trabalho ao apontar que a palavra introduz uma dimensão que não podia estar presente de outro modo, algo de inacessível ao próprio emissor.

O discurso, assim introduzido, evoca o que não pode ser alcançado, um ponto do indizível que a análise, mesmo não podendo alcançar, circunscreve. A transferência, pela presença do analista, promove a fala e, ao mesmo tempo, a resistência, aproximando-se desse ponto de indizível. Em nossa busca por delimitar o que representa a fala em análise circunscrevemos anteriormente a noção de que o inconsciente articula-se enquanto uma cadeia significante que se produz no discurso. Esta cadeia não se refere a representações substanciais ou pela ordem do sentido, mas a relações que se ordenam pela lógica significante. O significante constitui-se por uma materialidade esvaziada de significações; tal como pontuamos, não há aderência entre significante e significado. É, no entanto, pelo discurso que esta dimensão de vazio pode se presentificar:

“Em todo lugar se coloca a questão de saber o que significa o discurso que forçamos o sujeito a estabelecer no parêntese da regra fundamental. Essa regra lhe diz: Afinal de contas, o seu discurso não tem importância. No momento em que ele se entrega a esse exercício, já não acredita no seu discurso senão pela metade, porque sabe que está a todo instante sob o fogo cruzado da nossa interpretação. A

questão torna-se portanto: Qual é o sujeito do discurso?” (LACAN, 1953-1954 (1979) p.49).

A interpretação não é um outro sentido mais verdadeiro e que estaria obscuro ao falante, mas na medida em que é introduzida remete ao vazio de sentido do significante. Esta questão não pode anteceder o ato da fala do sujeito, mas permite a questão sobre “Qual é o sujeito do discurso?”. Para tratar esta questão se faz necessário abordarmos o tema pelo viés que a ética da psicanálise pode introduzir.

3.2 Inaugurar uma história frente a um analista.

De que modo podemos abordar a questão da ética em psicanálise frente ao que investigamos acerca do sujeito do inconsciente enquanto determinado pela ordem significante que o antecede? É preciso retomar uma afirmação de Lacan (1964): “O estatuto do inconsciente, que eu lhes indico tão frágil no plano ôntico, é ético. Freud, em sua sede de verdade diz - a que quer que seja, é preciso chegar lá - porque, em alguma parte, esse inconsciente se mostra.” (LACAN, 1964 (2008), p. 37). Essa afirmação traz ao primeiro plano a questão do posicionamento do sujeito frente a seu desejo.

O ato falho ou o sonho não são nada se tomados em si mesmos, sem a implicação do sonhador. Essa dimensão só pode ganhar expressão pela introdução da palavra do paciente, uma vez que não se trata de alcançar os meandros de um inconsciente estático, mas de sustentar um lugar em que a palavra possa circular. O inconsciente estruturado pela cadeia significante permite a suposição de um sujeito que se anuncia nas brechas das palavras, entre

um significante e outro. É preciso a posição de não tomar o engano como erro, mas como expressão de uma verdade, condição fundamental para que o sujeito possa dar o passo ético que o localiza frente a isto que escapa à ordem, tomando lugar ou não no dizer. É este passo ético que poderá constituir o ato falho ou o sonho como uma verdade, neste encontro com o desejo que lhe concerne. Frente a isso o sujeito pode responsabilizar-se ou esquivar-se. Esse é o grande paradoxo ético da psicanálise, a responsabilidade pelo ato do qual se é efeito.

Em nosso trabalho percebemos a dificuldade de deparar-se com isso que se produz na condição de falante. Uma de nossas pacientes era a avó de um menino de treze anos (usuário de drogas desde os seis), cuja responsabilidade pelo cuidado dele e de outros dois irmãos mais novos foi imposta a ela depois da morte do próprio filho, pai dos meninos. Era recorrente ela reclamar da perambulação do menino pelas ruas a procura de drogas. Ao chegar no CAPSi, ela havia acabado de solicitar ao Conselho Tutelar a busca do menino pelas ruas e solicitado a internação compulsória para tratamento. Nas idas e vindas do menino no abrigo, suas fugas e perambulações pela rua, ele sempre retornava à casa da avó, que reiteradamente o levava de novo ao abrigo.

Num certo ponto ela conta que o menino passa até uma semana com ela em casa, sem precisar ir para a rua usar crack (que ele consome em quantidade considerável), mas para isso ela precisa estar junto com ele, fazer bolo, contar história... E continua descrevendo uma série de atividades que remetem ao cuidado com uma criança. Ela então diz, “o problema é que ele quer essas coisas. Diz que quer até voltar a estudar.” (sic). Ao questioná-la sobre se isso era “o problema”, ela se surpreende com o próprio dito, mas retorna ao ponto anterior, esquivando-se do que acabara de falar e volta a afirmar que ele só quer perambular pela rua.

Temos aqui um acontecimento de fala, que embora corriqueiro, merece alguma observação: algo comparece como surpresa para o próprio emissor em seu dito. Algo que

quando desvelado mostra-se como evidência de que não se trata de um erro, mas de um dizer que só pode ocorrer enquanto endereçado a outro. Um analista é aquele que pode servir de testemunha às construções evocadas no próprio discurso. A palavra dirigida em análise, por tudo que vimos, não pode ser tomada em seu caráter convencional. Lacan reitera que “O fenômeno fundamental da revelação analítica é essa relação de um discurso a um outro que o toma como suporte. Encontramos aí manifestado esse princípio fundamental da semântica, à polivalência dos seus empregos.” (LACAN, 1953-1954(1979), p. 281).

A fala, isso que toma a linguagem como suporte, como transcorre em uma análise? Podemos dizer que conta uma história? De tudo que vimos até este ponto, quando o paciente dirige a palavra a um analista, isso que se endereça não existia antes.

“Será um acento colocado no passado, como pode parece à primeira vista? Mostrei a vocês que não era tão simples assim. A história não é o passado. A história é o passado na medida em que é historiado no presente – historiado no presente porque foi vivido no passado.” (LACAN, 1953-54(1979), p. 21).

A concepção analítica parte da suposição de que não se trata de uma lembrança, mas, como Lacan afirma “é a reconstituição completa da história do sujeito, que é o elemento essencial, constitutivo, estrutural do progresso analítico.” (LACAN, 1953-54(1979), p. 21). A análise evidencia que há uma reconstrução da própria experiência, essa reconstrução não implica em um acesso às lembranças, às memórias contadas: “(...) o fato de que o sujeito revive, rememora, no sentido intuitivo da palavra, os eventos formadores da sua existência, não é, em si mesmo, tão importante. O que conta é o que ele disse reconstrói.” (LACAN 1953-54(1979), p. 22).

O fato de ser historiada constitui uma verdade que não estava presente antes. Essa reconstrução é a possibilidade de que a palavra faça marcas e inaugure sentidos que não existiam até aquele ponto, cria arranjos que não eram evidentes. O efeito criador da palavra. O paciente, esse que traz a palavra à cena analítica, passa pelo processo de reinaugurar sua própria história, reescrevê-la em presença de outro e deparar-se com suas múltiplas significações. “O desejo é profundamente modificado em sua ênfase, subvertido, tornado ambíguo ele mesmo por sua passagem pelas vias de significante.” (LACAN, 1957-58(1985), p. 95). A palavra, porque dita, não terá um único sentido, um único emprego, há sempre um mais-além:

“Atrás do que diz um discurso, há o que ele quer dizer e, atrás do que ele quer dizer, há ainda um outro querer dizer, e nada será nunca esgotado – se não é que se chega ao fato de que a palavra tem função criadora e faz surgir a coisa mesma, que não é nada senão conceito.” (LACAN 1953-54(1979), p. 275).

Este mais-além remete sempre a outro ponto. Lacan (1953-1954) evoca Hegel para afirmar que o conceito presentifica a coisa que está ausente, traz ao presente, enquanto palavra, isso que não pode existir caso não seja pelo discurso. O conceito, tal como Lacan retoma, é “o que faz com que a coisa esteja aí, não estando.” (LACAN, 1953-54(1979), p. 276). A ideia de conceito remete-nos à noção de inconsciente como uma instância atemporal, não como um tempo a ser resgatado, que tenta remontar uma cena original, mas um fora do tempo que se presentifica no discurso, na medida em que ganha o suporte da palavra. O inconsciente, Lacan afirma, “se coloca fora do tempo exatamente como o conceito, porque é o tempo de si mesmo, o tempo puro da coisa, e pode como tal reproduzir a coisa numa certa

modulação, de que qualquer coisa pode ser o suporte material.” (LACAN, 1953-54(1979), p. 276).

A palavra traz esta dimensão de ausência e vazio que o significante impõe, contornando um vazio e, de certo modo, localizando-o. Essa noção remete-nos novamente a *das Ding*, a Coisa, como o vazio que se instaura a partir da introdução da ordem significante, tal como abordamos. É na construção frente a um analista que este vazio constituinte coloca em movimento a cadeia. A ausência própria à presença do significante se produz na medida em que a palavra dirigida pode ser reconhecida como sendo desta ordem.

Em nossa experiência clínica acompanhamos o efeito que a introdução do que é propriamente da ordem da palavra promove. Recebemos um paciente de cinco anos que apresentava comportamento disperso na escola e um quadro de atrofia muscular nas pernas sem diagnóstico específico. O encaminhamento por parte dos professores foi altamente influenciado pela preocupação que a história dele causava a quem quer que a escutasse. Natural do interior de outro estado, ele morava com a avó paterna há dois anos, desde que os pais e a irmã mais velha foram assassinados em casa, enquanto ele estava em outro quarto. O menino nunca mencionara o evento que marcara a vida dele e de sua família. Fazia brincadeiras em que um “cavalo valente” (sic), como ele denominava, era responsável pela segurança de todos os animais da fazendinha com que brincava.

O assunto sobre o assassinato era totalmente proibido entre os adultos em casa, nem mesmo o nome dos falecidos podia ser mencionado na família por conta das crianças e se referiam ao assassinato como um acidente, sem nunca especificar ao menino o que houvera. A avó usava o espaço de escuta oferecido para tratar da dificuldade de cuidar dos netos pequenos (o paciente e seu irmão mais novo que vieram morar com ela). Em alguns momentos ela também falava do filho que havia sido assassinado, mas sempre de sua época

de criança. Reconstituía fatos vividos durante a infância dele, dizia que essas histórias traziam o filho de volta, de algum modo.

A avó contou entusiasmadamente sobre um piquenique feito quando o filho tinha cerca de sete anos. Ela descreve o que prepararam para o lanche e o quanto o menino nessa época era extrovertido e conversava com todos. Conta que enquanto ela arrumava o local para o piquenique ele sumiu por alguns minutos. Ela ficou muito preocupada, pensando que ele poderia ter se perdido. Nessa hora ela conta que o piquenique foi no “alto da minha vista”, cometendo um ato falho com o local chamado Alto da Boa Vista. Após demarcar o que ela havia dito, ela chora e fala da perda do filho. Em seis meses ela nunca comentara da dor que era para ela ter perdido um filho. O ato falho recolocou algo que até aquele momento não pudera comparecer, o insuportável de perder o filho, atualizado em um evento da infância que permitiu que o evento traumático pudesse comparecer para a mãe do filho morto. Em seu espaço de escuta ela pode dizer o que ainda não havia sido dito: a perda do filho *do alto da própria vista* atualizou a perda atual, que até o momento não pudera ser expressa.

“Porque a palavra atual, como a palavra antiga, é colocada num parêntese de tempo, numa forma de tempo, se é que posso me exprimir assim. A modulação do tempo sendo idêntica, a palavra do analista tem o mesmo valor que a palavra antiga.” (LACAN, (1953-54/1979), p. 276).

A palavra serve de suporte ao que está perdido, a coisa. Enquanto dirigida ao analista a palavra é colocada neste “parêntese de tempo”, tal como Lacan denominou. Por definição, parêntese é uma frase interposta em um período para se dizer algo diferente do que se dizia. A palavra dita em análise tem valor de interposição em uma narrativa contínua, faz uma

escansão, tem efeito de suspensão do sentido que estava colocado. Lacan situa do seguinte modo: “Aqui e lá, trata-se de coisas que desapareceram na história, mas que, ao mesmo tempo, ficam aí, presentes ausentes.” (LACAN, 1953-54(1979), p. 286).

O que reintroduz o valor da palavra evocada pelo sujeito? Lacan dá o exemplo dos porcos de Ulisses que grunhem buscando comunicar o lamento de terem virado porcos. Seria o grunhido de porcos uma palavra? Lacan responde que: “O grunhido do porco não se torna uma palavra a não ser quando alguém se coloca a questão de saber o que ele quer fazer crer. Uma palavra não é palavra a não ser na medida exata em que alguém acredita nela.” (LACAN, 1953-54(1979), p. 272). A palavra não ganha valor a não ser quando alguém se coloca na posição de que aí algo se expressa para além do conteúdo manifesto. Freud apostou que havia algo para além do ato falho, do sonho e do chiste. É a posição de Freud que permite que estes acontecimentos sejam tomados sob uma nova dimensão que não podia existir antes, como expressão do desejo que permanecia inconsciente. A palavra é tomada para além de sua função de comunicação:

“É nessa dimensão que uma palavra se situa antes de tudo. A palavra é essencialmente o meio de ser reconhecido. Ela está aí antes de qualquer coisa que haja atrás. E, por isso, é ambivalente e absolutamente insondável. O que ela diz, será que é verdade? Será que não é verdade? É uma miragem? É essa primeira miragem que lhes assegura que estão no domínio da palavra.” (LACAN, 1953-54(1979), p. 273).

Estar sob o domínio da palavra abrange uma porção de inapreensível próprio à dimensão significante. Não há um único sentido em jogo, pelo contrário, a cada palavra dita

se presentifica o vazio de sentido e o ato de falar a um analista expressa o que vai além do sentido. Tal como vimos no capítulo anterior, a palavra efetiva-se pelo seu caráter de demanda. Demanda de que outro reconheça que há aí um apelo, um pedido. Lacan afirma: “Ora, toda fala pede uma resposta. Mostraremos que não há fala sem resposta, mesmo que depare apenas com o silêncio, desde que ela tenha um ouvinte, e que é esse o cerne de sua função na análise.” (LACAN, 1953(1998), p. 249).

O analisante, ao dirigir a palavra em análise, endereça, portanto uma demanda. Isso não significa dizer que o analista responda a esta demanda, tal como Lacan afirma: “Muito pelo contrario, a arte do analista deve consistir em suspender as certezas do sujeito, ate que se consumem suas últimas miragens. E é no discurso que deve escandir-se a resolução delas.” (LACAN, 1953(1998), p. 253). O analista, ao não atender a demanda, dá passagem à função da palavra para além da tentativa de comunicação, além do sentido corriqueiro. A posição de tomar a palavra por uma via distinta da usual coloca o problema em outro lugar.

O discurso dirigido na análise, enquanto portador de certo conteúdo, portador desta demanda, se reafirma no registro imaginário, no ideal de uma demanda de cura para sua queixa. O paciente busca, antes de tudo, a reintegração de algo que lhe foi retirado (vimos com Freud) de saída, o objeto de satisfação. Este sofrimento é vivido de modo muito singular por cada paciente que chega em um serviço ou no consultório. Traz um caráter irrevogável de urgência e gravidade que ganha consistência nessa condição que a análise impõe: a de que a palavra é portadora de um mais além da queixa.

“A ambiguidade da revelação histórica do passado não decorre tanto da vacilação de seu conteúdo entre o imaginário e o real, pois ele se situa em ambos. Tampouco se trata de que ela seja mentirosa. É que ela nos apresenta

o nascimento da verdade na fala e, através disso, esbarramos na realidade do que não é nem verdadeiro nem falso.” (LACAN, 1953(1998), p. 256).

Ainda que não se trate do conteúdo, mas antes, do dito, isso firma que a fala constitui a verdade, não uma verdade que antecede ao que é dito, mas que se constitui no movimento mesmo de endereçamento. O âmbito em que a palavra é tratada inclui a dimensão de verdade que toma o significante como referência, uma vez que é isso que o significante representa: uma referência. Mesmo uma mentira exige daquele que a emite o apoio de uma verdade que a sustente. “Toda palavra formulada como tal introduz no mundo o novo da emergência do sentido. Não é que ela se afirme como verdade, mas antes que introduz no real a dimensão da verdade.” (LACAN, 1953-54(1979), pag. 299).

Somente a partir desta colocação a dimensão da verdade pode estar relacionada ao dizer, e não a uma verdade objetiva do sentido ou da significação. É na medida em que é emitida que pode constituir uma verdade sobre aquele que a emite. A verdade, assim, tem incidência real (já que ela se introduz no real) e implica que, quando o sujeito fala ao analista ele pode se encontrar - inadvertidamente - com esta verdade. Não é que ele diga a verdade – ninguém pode dizer a verdade toda – mas sim que, por dizer, ele pode alcançar a verdade – que terá efeitos reais.

Assim, definitivamente, não são lembranças que serão acessadas, mas isso que se constitui certo modo somente após constar no registro do Outro. O sujeito é este que não poderá encontrar referência a não ser nesse registro simbólico que o antecede. Em relação ao que se dá em uma análise, fica evidente aqui que para alçar a dimensão de verdade, é preciso que se tome a palavra nessa ordem. Tal como os porcos de Ulisses, é preciso que se distinga que há aí uma demanda, que se tome a palavra como essa demanda mais fundamental.

3.3 A função do analista e o advento do sujeito do desejo em análise.

Situamos no tópico anterior que aquele que entra em análise faz uma demanda. É na medida em que se relaciona com a satisfação da necessidade articulada a uma cadeia significativa, que podemos situá-la. O que é que é demandado? Lacan afirma que “O que nos demandam, é preciso chamá-lo por uma palavra simples, é a felicidade.” (LACAN 1959-60(2008), p. 342). A noção de demanda de felicidade no contexto do Seminário VII - *A ética da psicanálise* parte de uma elaboração de Lacan acerca do fundamento da psicanálise como um problema ético. Lacan (1959-60/2008) reposiciona a clínica analítica recolocando em evidência o que Freud pode elaborar acerca do desejo como ponto de desconhecimento, sobre o qual só teremos notícias *a posteriori*. Lacan afirma: “Tentem perguntar-se o que pode querer dizer ter realizado seu desejo – se não é de tê-lo realizado, se podemos assim dizer, no final.” (LACAN 1959-60(2008), p. 349). O desejo, só aparece ao final. Como vimos, é a ausência do objeto que está implicada na ascensão do sujeito ao desejo; se o desejo é tributário dessa relação ao objeto, não há antecipação possível, como indica Lacan.

O desejo se funda numa falta primordial. A impossibilidade de reencontrar com o objeto que promoveria a satisfação relança o sujeito à tentativa, sucessivamente frustrada, de reencontrá-lo. É sempre em relação a essa falta que o desejo poderá comparecer, e é nesta condição que pode ser circunscrito enquanto presença de uma falta. Embora a demanda daquele que chega a uma análise seja a cura (o paciente busca equacionar o problema, restituindo sua felicidade) a psicanálise não pode apoiar um ideal de satisfação, de completude, de bem, ou um ajuste para o que não funciona nisso que se apresenta como sintoma. Ao conceber o conceito de ética pelo âmbito do desejo Lacan realoca o sujeito sob a

perspectiva da responsabilidade, conseqüentemente, com a dificuldade que é a de deparar-se totalmente incluído no que lhe acomete.

Incluído de que modo? Lacan situa a função do desejo na estrutura: “Ocorre que é na própria estrutura que encontramos uma certa dificuldade, que não é nada menos do que a função do desejo, tal como a articulo para vocês.” (LACAN 1959-60(2008), p. 250). É, portanto, a estrutura, a articulação significante, que engendra o desejo que, por isso mesmo, não pode jamais ser conhecido. Esta condição determinante de desconhecimento remete à concepção de que o desejo não pode situar-se senão no desejo em um campo Outro, campo do significante, onde não pode encontrar uma localização precisa. Na construção do grafo do desejo, tal como vimos anteriormente, Lacan (1957-58/1999) situa o momento fundador da entrada do sujeito no simbólico e a constituição do Outro. É essa divisão constituinte, que engendra o sujeito em sua entrada na ordem significante, com a qual poderá deparar-se no ato da fala. O desejo, para Lacan, por estar neste campo Outro precede a própria necessidade:

“E é com relação a uma situação estruturada dessa maneira que o homem tem, num segundo tempo, de situar suas necessidades. O fato de o homem ser apreendido no campo do inconsciente tem um caráter primitivo, fundamental.” (LACAN 1959-60(2008), p. 251).

Efeito dessa estrutura significante que faz causar o desejo e o determina, o sujeito está submetido a esta ordem, para a qual não há conserto e do que não poderá livrar-se. Essa condição coaduna-se além do mais à incidência da pulsão - determinada pela inscrição significante e que mantém o caráter de força que não pode ser submetida a um bem (seja este um Bem-supremo, moral, ou o bem-estar), pois visa, antes de tudo satisfação. Por outro lado é

ainda a operação do significante, ao mesmo tempo, que engendra a pulsão como tal e que pode, como laço discursivo, vir a operar uma função de escansão para essa força em direção à satisfação imediata.

“É na medida em que a demanda está para além e para aquém de si mesma, que, ao se articular com o significante, ela demanda sempre outra coisa, que, em toda satisfação da necessidade, ela exige outra coisa, que a satisfação formulada se estende e se enquadra nessa hiância, que o desejo se forma como o que suporta essa metonímia, ou seja, o que quer dizer a demanda para além do que ela formula.” (LACAN 1959-60(2008), p. 345).

A estrutura da inscrição significante que instaura a pulsão a partir da necessidade, longe de satisfazer esta necessidade, marca o permanente desencontro entre a demanda e a satisfação, remetendo metonimicamente a outra coisa que, reiteradamente, insiste. É nessa insistência que a ordem do desejo se revela como defasagem à demanda dirigida, como resto do que não se realiza. Ao oposto do que possa talvez ser enunciado fora do discurso analítico, o desejo é uma dificuldade (LACAN, 1959-60(2008)).

O desejo tomado como o ponto de dificuldade não permite que a psicanálise apoie um ideal de sujeito, livre de sintomas, mas, antes, determina que ela o considere em seu discurso. A condição deste discurso é que ele preserve, como vimos, este ponto de desconhecido. Em sua entrada em análise o paciente desconhece o que faz, sofre de algo que endereça ao analista como um pedido de restituição do que lhe foi extraído, da felicidade. O radical do que Freud introduz e Lacan reestabelece é que, o desejo nada tem a ver com esta

restituição. É nesta condição que o homem terá de situar suas necessidades, articuladas enquanto demanda.

“Quando se articulou na linha direta da experiência freudiana, a dialética da demanda, da necessidade e do desejo, será sustentável reduzir o sucesso da análise a uma posição de conforto individual vinculada a essa função, certamente fundada e legítima, que podemos chamar de serviço dos bens? - bens privados, bens de família, bens da casa, outros bens que igualmente nos solicitam, bens do ofício, da profissão, da Cidade.” (LACAN 1959-60(2008), p. 355).

Qualquer promessa que se guie pela direção de um bem *a priori* soa como falácia. Lacan afirma que: “Constituir-se como garante de que o sujeito possa de qualquer maneira encontrar seu bem, mesmo na análise, é uma espécie de trapaça.” (LACAN 1959-60(2008), p. 355). O trabalho de análise é de outra ordem. E parece nos aproximar do que, anteriormente, apontamos pelo conceito de presença.

Novamente recorreremos ao que se passa na clínica para tentar verificar em que se suporta esta presença que pode promover o discurso. No princípio de nosso trabalho de Acompanhamento Terapêutico com uma paciente da rede de Saúde Mental percebemos a importância que o oferecimento de um lugar esvaziado de intenções pode promover, ao mesmo tempo que nos deparamos com a imensa dificuldade de apenas deixar o sujeito falar.

Acompanhamos uma menina de 16 anos, grávida, que por ordem da justiça foi encaminhada a um abrigo de modo a não oferecer risco a si própria e ao bebê. Por ter perdido a mãe muito precocemente e ninguém da família poder assumi-la, foi abrigada ainda bem

jovem. Ela possuía prontuário em praticamente todos os serviços para a infância e adolescência da rede de Saúde Mental da cidade do Rio de Janeiro. Em cada um desses lugares, ao ser acolhida, quebrava tudo e era transferida, peregrinando por diversos abrigos e CAPSis da cidade. Em cada um desses lugares recebia da equipe um diagnóstico diferente, baseado na fenomenologia aparente à época. No trabalho era realmente muito difícil apontar um diagnóstico. Este caso causava muita angústia a quem quer que o acompanhasse, tanto pela violência com que ela reagia à aproximação quanto por deixar os profissionais inseguros em relação à abordagem junto a ela. Insegurança que era justificada pela questão diagnóstica envolvida.

Era perceptível também a agressividade com que ela reagia a quem quer que lhe dispensasse cuidados práticos como trazer-lhe roupas novas, presentes ou um lanche especial. Em nosso trabalho de acompanhamento terapêutico, no entanto, eu deveria cumprir uma grande quantidade de horas ao lado dela. Tarefa que se mostrava bastante difícil uma vez que ela tentava fugir o tempo todo e que, por nossa função estabelecida junto à justiça, tínhamos a determinação de protegê-la dela própria. Durante um exame pré-natal em um hospital tentou fugir diversas vezes, ameaçou cortar a própria barriga e atirar-se do prédio. No dia em que ganhou (de uma funcionária do local em que estava internada) roupinhas para o bebê, mesmo tendo agradecido e se mostrado feliz com o cuidado dispensado, ela teve uma das piores crises de agressividade, sendo necessário quatro guardas para segurá-la de modo que não perfurasse a própria barriga. Com toda a dificuldade que se colocava ao atendê-la foi possível que, aos poucos, percebêssemos que a única via para estar com ela era ouvi-la.

Ela falava com muita dificuldade no início, sendo complicado compreender o que era dito. Uma disfunção na fala fazia com que ela falasse de modo muito enrolado. “Igual a minha mãe” (sic), ela dizia. Aos poucos, no entanto, passou a substituir os atos agressivos por histórias. Estas histórias eram contadas de um modo muito precário inicialmente, mas foram

promovendo uma organização importante, a ponto de sua fala ficar mais clara. Ela contou coisas de sua infância, a relação com a mãe (que também era usuária da rede de Saúde Mental com um quadro grave de esquizofrenia e de quem ela presenciou a morte por atropelamento), com a irmã, os homens com quem se relacionou, até chegar a falar sobre o filho que esperava. A partir deste passado e presente, estruturou planos futuros, falou que queria voltar a estudar, parou de machucar-se tanto, de quebrar tudo. Para nós a questão diagnóstica envolvida ficou em segundo plano na medida em que estas histórias iam se constituindo. Nestas jornadas de longas horas com ela, por vezes percebíamos que a melhor intervenção era apenas escutar suas histórias ou acolhê-la, quando dizia que queria ficar sozinha, ainda que a determinação judicial exigisse uma vigilância permanente. Ao ver o filho pela primeira vez ela pediu ajuda para segurá-lo e então falou: “Ele é branco, então é filho do X.” (sic) e pronuncia o nome do homem que ela havia escolhido para ser o pai de seu filho, entre os diversos homens com quem havia se relacionado. cremos que esta possibilidade só se deu através do trabalho que ela pode fazer a partir do endereçamento de sua palavra.

O acompanhamento desta paciente suscitou uma série de questões para este trabalho. Construir uma história que não tinha espaço para advir anteriormente ocasionou um efeito apaziguador importante. Foi a partir da possibilidade de circulação da palavra e endereçamento de uma história que ela pôde estar em outra posição frente ao que lhe ocorria. Desta experiência também impressiona o modo como ela reagia a aqueles que buscavam garantir seu bem-estar com lanches especiais, roupas novas, doces e presentes em geral. Era o momento em que ela ficava mais agitada e agressiva, sendo o alvo, em geral, aquele que lhe ofertava algo.

A escuta analítica, portanto, não se orienta, em hipótese alguma, pelo serviço dos bens, mas deve, antes de tudo, levar em conta o que se coloca do sujeito nisso que se endereça ao analista. Lacan afirma que “O ordenamento do serviço dos bens no plano universal não

resolve, [...], o problema da relação atual de cada homem, nesse curto espaço de tempo entre seu nascimento e sua morte, com seu próprio desejo – não se trata da felicidade das futuras gerações.” (LACAN 1959-60(2008), p. 355-356). Qual a direção do tratamento analítico, então? Nos últimos capítulos do Seminário da Ética, Lacan retoma o artigo “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” (1958) para abordar a posição do analista diante desta questão:

“(...) o analista deve pagar algo para ocupar sua função. Ele paga com palavras - suas interpretações. Ele paga com sua pessoa, pelo seguinte - pela transferência ele é literalmente despossuído dela. Toda a evolução presente da análise é o desconhecimento disso (...). Enfim, é preciso que ele pague com um certo julgamento no que diz respeito a sua ação. A análise é um juízo.” (LACAN 1959-60(2008), p. 341).

A afirmação de que o analista deve pagar para ocupar sua função nos remete novamente à questão de que é preciso pagar pelo desejo, retomando a concepção de desejo como este ponto de dificuldade. O que Lacan salienta, ainda, é que a análise implica em um desconhecimento disso, há algo que permanece velado neste ponto e que se refere à perda inerente à submissão ao desejo. O analista não sabe de seu ato *a priori*. Lacan afirma, contudo, que a análise é um juízo, o analista paga com o julgamento de sua ação. A pergunta que Lacan nos faz a todos é: “Agiste conforme o desejo que te habita?” (LACAN 1959-60(2008), p. 367). De sua ação, o analista só poderá ter notícias ao final, pelas consequências de seu ato.

“E é por isso que a questão da realização do desejo se formula necessariamente numa perspectiva de Juízo final. Tentem perguntar-se o que pode querer dizer ter realizado seu desejo – se não é de tê-lo realizado, se podemos assim dizer, no final. É essa invasão da morte na vida que confere seu dinamismo a toda questão, quando ela tenta formular-se, sobre o tema da realização do desejo.” (LACAN 1959-60(2008), p. 345)

Agir em conformidade ao desejo não é uma intenção que se antecipa, é, antes, a posição de tomar lugar diante do desejo. Lacan afirma que: “O que o analista tem a dar, contrariamente ao parceiro do amor, é o que a mais linda noiva do mundo não pode ultrapassar, ou seja, o que ele tem. E o que ele tem nada mais é do que seu desejo, como o analisado, com a diferença de que é um desejo prevenido.” (LACAN 1959-60(2008), p. 352). Por ter passado em sua própria análise pela condição imposta pelo significante de que a realização do desejo não pode se estabelecer senão na “perspectiva de Juízo Final”, o analista é este que suporta a tarefa analítica.

O analista suporta esta tarefa como testemunha de que o Bem não existe. Lacan afirma: “Não somente o que se lhe demanda, o Bem Supremo, é claro que ele não o tem, como sabe que não existe. Ter levado uma análise a seu termo nada mais é do que ter encontrado esse limite onde toda a problemática do desejo se coloca.”(LACAN 1959-60(2008), p. 344). A análise não pode garantir este Bem. O analista, por ter passado por essa condição em sua própria análise, foi este que se encontrou com o real da condição de sujeito e com o desamparo que seja deparar-se com o próprio desejo.

Encontrar-se com o desejo enquanto dificuldade, insistência e desconhecido, efeito do corte constituinte, é o que denota a condição trágica do sujeito diante da vida. A experiência de análise pode levar a este ponto ou não. Nada garante que, ao deparar-se com a

própria condição, o sujeito possa tomar lugar, responsabilizar-se pela sua própria condição. O que se pode conquistar em uma análise, pela transferência, é a depuração da lei inflexível que nos constitui. Essa conquista só pode chegar a ocorrer pela responsabilidade tal como a psicanálise a introduz, ser responsável pelo ato do qual se é efeito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso realizado em nossa pesquisa, desde a introdução do inconsciente até a determinação significativa e sua relação com o advento do sujeito em sua palavra, nos levou ao encontro de novas questões que não puderam ser abordadas ao longo dessa dissertação. Desse modo, nas considerações finais escolhemos trazer parte destas questões para a discussão.

Defrontamo-nos com os textos de Freud (1893[1888-1893]) (e sua dificuldade ao tentar elaborar o problema com o que se encontrava no trabalho com as histéricas) tentando situar o que representa a palavra no campo específico que a psicanálise pôde abrir. Mesmo que ainda não tivesse nomeado a ordem do inconsciente, Freud (1895) apostou que o que se apresentava como sintoma era, essencialmente, um funcionamento em operação. O advento da fala em análise, percebemos isso em nosso trabalho, não se separa da posição de quem se dispõe a escutá-la. É preciso um analista que reconheça que há um funcionamento em operação, cuja via de acesso é a palavra endereçada em uma análise.

A tentativa de Freud por circunscrever esta operação descreve a condição do neurótico que, em sua constituição, foi drasticamente atravessado pela perda do objeto, tal como nos traz, já, o artigo do Projeto (1950[1895]). A perda do objeto adequado para satisfação promove a busca por restituir esta falta, condição que lança o sujeito à vida. Esta determinação tem o caráter mais vívido, mas também atualiza, a cada vez que o sujeito se relança nesta busca, a condição de perda que a dimensão da palavra implanta.

Lacan introduz a noção de perda como inerente à linguagem, ao se fazer representar pela dimensão significativa, em seu advento, o sujeito encontra o campo da linguagem a partir do qual ele poderá se constituir. “Se o sujeito é o que lhes ensino, a saber, o sujeito determinado pela linguagem e pela fala, isto quer dizer que o sujeito, *in initio*,

começa no lugar do Outro, no que é lá que surge o primeiro significante.” (LACAN, 1964(1990), p. 187).

Dado que o pudemos divisar a propósito da emergência do sujeito no campo da linguagem, algumas questões permanecem. A partir da leitura de Freud e Lacan, e de nossa própria experiência, gostaríamos de dar sequência ao trabalho que aqui se constituiu questionando a função do trabalho de análise no tratamento da psicose. Essa pergunta insiste na medida em que percebemos que os pacientes que chegam em grave sofrimento psíquico e podem ser acolhidos se beneficiam deste espaço para tratar de suas questões. Pacientes cuja psicose ainda não se pronunciou abertamente, outros se deparando com a primeira crise, ou mesmo aqueles cuja doença já fora deflagrada anteriormente, constroem na referência a um analista, ou ao serviço de Saúde Mental, uma possibilidade importante de construção.

Investigamos longamente a função da palavra no campo da neurose. Por tudo que vimos no trabalho com a neurose, é a oferta de um lugar de escuta que pode promover a fala, e é pela circulação da palavra que o sujeito poderá se encontrar com o desejo e eventualmente tomar lugar aí. Mas se levarmos em consideração as distinções entre neurose e psicose apontadas na clínica e na literatura psicanalítica, a fim de não desconsiderar as importantes diferenças entre estas estruturas, emerge a questão sobre de que modo esse laço de palavra pode se instituir e operar no tratamento analítico da psicose.

Freud não formalizou uma diferença entre estruturas, mas investigou o tema da psicose como distinto da neurose. Em o “Manuscrito H” (1895), a tese freudiana parte do da ideia de que na paranoia haveria um conflito entre uma representação inconciliável e a ordem afetiva. “Portanto, o propósito da paranoia é rechaçar uma ideia que é incompatível com o ego, projetando seu conteúdo no mundo externo.” (FREUD, 1895 (2006), p. 286). A

representação contraditória rechaçada se mantém conservada, mas é inteiramente projetada para o mundo externo de modo alucinatório.

No texto “As neuropsicoses de defesa” (1894), Freud retoma a etiologia da paranoia buscando diferenciá-la a partir de seus respectivos mecanismos psíquicos. Se na histeria e na neurose obsessiva a defesa contra algum conteúdo insuportável promove a dissociação entre a representação inconciliável e o afeto, na paranoia, haveria uma defesa mais enérgica em que o ego rejeita a representação insuportável junto com o afeto e age como se tal representação nunca tivesse existido. “[...] o eu rechaçou a representação incompatível através de uma fuga para a psicose” (FREUD, 1894(2006), p. 65). Freud utiliza o termo *verwerfen*, que denomina um modo ainda mais dramático de rejeição.

No artigo “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia” (1911) Freud explora pormenorizadamente o ponto de onde Lacan retoma a clínica da psicose posteriormente. A partir da ideia da paranoia como uma defesa radical a um desejo homossexual, Freud determina que o centro do conflito patogênico seria o fracasso em dominar tal posição inconsciente. É pelo viés da erotomania que Freud acrescenta as variações de defesa para a frase “Eu o amo”, desenvolvendo o conceito de projeção. A tentativa de extirpar uma percepção interna levaria o paranoico a experimentá-la como vinda de fora, o delírio comparece como uma tentativa de reconstrução do mundo para o paranoico.

Lacan propõe que tomemos a estrutura pela ordem da determinação significante: “Se o neurótico habita a linguagem, o psicótico é habitado, possuído, pela linguagem.” (LACAN, 1955-56(2008), p. 292). Compreendemos a importância de retomar a importância da fala do sujeito na psicose, mas nos faz questão a diferença significativa apontada por Lacan nesta passagem. O neurótico habita a linguagem, se constitui tal maneira que a falta própria ao significante engendra o funcionamento e o lança na ordem do desejo. E na psicose, qual é o

sujeito do discurso? Ao deparar-se com os casos graves que nos chegam resta sempre em aberto a questão: quais as consequências de falar a outro?

“O fato de que uma análise possa desencadear uma psicose desde os seus primeiros momentos é bem conhecido, mas nunca ninguém explicou por quê. É evidentemente função das disposições do sujeito, mas também de um manejo imprudente da relação de objeto.” (LACAN, 1955-56 (2008), p. 25).

A relação entre determinação significante e a noção de objeto, e as consequências para o sujeito dessa articulação, foi o que pudemos abordar até o momento. Na psicose, contudo, será, analogamente, a posição de oferecer um espaço para circulação da palavra que constitui o trabalho?

“Vamos aparentemente nos contentar em passar por secretários do alienado. Empregam habitualmente essa expressão para censurar a impotência dos seus alienistas. Pois bem, não só nos passaremos por seus secretários, mas tomaremos ao pé da letra o que ele nos conta – o que até aqui foi considerado como coisa a ser evitada”. (LACAN, 1955-56 (2008), p.241-242)

O que sugere afirmar que a função do alienista é a “secretariar o alienado”? O que representa secretariar o psicótico em sua dificuldade? Lacan continua, talvez dando uma indicação a quem exerça a psicanálise: “Vocês não ficaram surpreendidos, aqueles que lá estavam, em ver como o que se obtém é mais vivo se, ao invés de tentar determinar a todo custo se a alucinação é verbal ou sensorial ou não sensorial, escutamos simplesmente o

sujeito?”. (LACAN, 1955-56 (2008), p. 242). O que implica ao analista, tal como indica Lacan, “simplesmente escutar o sujeito” na psicose? O que é a “escuta do sujeito” na psicose?

A psicanálise não toma a patologia como um mecanismo fechado, dando espaço para que o sujeito possa advir a partir da responsabilidade de seus atos, ou não. Essa concepção retira o caráter de déficit e propõe que a dimensão do inconsciente atravessa toda a experiência do sujeito. O modo pelo qual a psicanálise tomará a discussão diagnóstica, portanto, é o de não se ater a um enquadramento baseado na sistematização fenomenológica, tal como a psiquiatria sugere, mas tomar o sujeito como consequência de uma articulação significativa em relação com a linguagem. Não nos interessa o embate entre as formulações sobre diagnóstico estrutural versus diagnóstico fenomenológico, mas sim apoiar a compreensão de que a via de acesso ao sujeito é a linguagem.

Este espaço de conclusão de uma investigação nos relança a novas perspectivas. Gostaríamos de abordar futuramente, dessa vez, porém, no que tange à psicose, a função de um espaço de endereçamento da fala. Tal como dito anteriormente, este interesse surge da experiência vivenciada em diferentes CAPSis, no trabalho em situações de crise, onde percebemos que a chance de circunscrever sua experiência diante de outro promove uma diferença importante. Interessa-nos, sobremaneira, investigar a função da palavra na psicose e, essencialmente, de que modo tomar a palavra enquanto dirigida a um analista pode ter efeito a estes pacientes.

Essa questão, em nossa perspectiva, não se separa do problema da função do analista na psicose. A psicanálise não trabalha a partir da perspectiva de uma universalidade do tratamento, uma terapêutica ou alguma técnica que tenha tido validade anteriormente e da qual se possa lançar mão. O analista não conta com um saber garantido antecipadamente. Não é possível tomar a função analítica como uma técnica. A formação do analista, portanto, não

se confunde com a formação acadêmica no sentido de um saber prévio a ser aplicado, o analista não está garantido por uma titulação acadêmica. Sua formação está diretamente ligada à relação analítica e a condição de encontrar-se com o desejo. Ao falarmos em ética da psicanálise nos referimos, antes de tudo, à responsabilidade do sujeito diante do próprio desejo. O analista só pode vir a ocorrer em uma frágil injunção: na oferta de um lugar para que a palavra possa ser tomada em sua condição de significante. No tratamento da psicose, pelas diferenças aqui marcadas, quais as consequências de tomar o paciente em sua palavra?

As questões aqui colocadas nos lançam a um novo trabalho, que precisa ser melhor circunscrito, mas que indicam o problema que se coloca para nós a cada paciente que recebemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, S. (1893[1888-1893]) Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1895[1950]) Projeto para uma Psicologia Científica. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1893) Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1895) O Manuscrito H. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1895) A psicoterapia da histeria. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____ (1896) Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. In: _____ .
Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira. Vol. III. Rio
de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1900) A Interpretação dos Sonhos. In: _____ . *Obras Psicológicas Completas de
Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vols. IV e V. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1905) Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente. In: _____ . *Obras
Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vol. VIII. Rio de
Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1911) Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de
Paranoia. In: _____ . *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard
Brasileira*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912) A dinâmica da transferência. In: _____ . *Obras Psicológicas Completas de
Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1915a) Instintos e suas Vicissitudes. In: _____ . *Obras Psicológicas Completas de
Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1915b) A repressão. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1915c) O Inconsciente. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. (1953) Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 238-324.

_____. (1953-54) O Seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979.

_____. (1954-55) O Seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____. (1955-56) O Seminário, Livro 3: As psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. (1957-58) O Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____. (1954-55) O Seminário, Livro 7: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____.(1964) O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.